



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE ABRIL DE 2015

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Diogo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Aérton do Rosário

Nenésio Afonso

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 45 minutos.

Antes da Ordem do Dia. - Procedeu-se à tomada de posse de dois Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

No quadro da abertura da 2.ª Sessão Legislativa da X Legislatura, proferiram declarações políticas os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD), Vasco Guiva (MLSTP/PSD), Levy Nazaré (ADI) e, por último, o Sr. Presidente fez o balanço da sessão passada, tendo declarado aberta a 2.ª Sessão Legislativa da X Legislatura.

A Sra. Deputada Filomena dos Prazeres (PCD) prestou homenagem ao antigo Deputado e Presidente da Assembleia Nacional, Francisco Silva (PCD), pelo 5.º ano do seu falecimento, e o Plenário aplaudiu em pé.

O Sr. Presidente procedeu à entrega simbólica dos cartões de Deputados aos três Líderes Parlamentares.

Ordem do Dia. - Foi aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, o projecto de resolução n.º 21/X/1.ª/2015 – Orçamento da Assembleia Nacional para o ano económico 2015, após a apresentação feita pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração (Carlos Correia), que também respondeu às questões dos Deputados. No debate, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Levy Nazaré (ADI), Jorge Amado (MLSTPP/PSD) Maria das Neves (MLSTP/PSD), Evaristo Carvalho (ADI), Vasco Guiva (MLSTP/PSD), Idalécio quaresma (ADI), Delfim Neves (PCD), Abnaldo d' Oliveira (ADI), Jorge Correia (PCD), Angela Pinheiro (ADI), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), António Barros (MLSTP/PSD) e Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 14 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo dos Nascimento d' Oliveira
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma d' Assunção dos **Ramos**
Ângela dos Santos Ramos José da Costa **Pinheiro**
Arlindo Quaresma **dos Santos**
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira d'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldino de Carvalho Viegas de **Ceita**
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel Barbosa **dos Ramos**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Esmail da Glória do **Espírito Santo**
Ivo Mendonça da Costa
Joaquim Salvador **Afonso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo Costa Alegre
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Mário Fernando
Martinho da Trindade **Domingos**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre Moreno **Mendes**
Wilder Monteiro dos **Santos**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aéron do Rosário **Crisóstomo**
Ana Isabel Meira **Rita**
António Monteiro Fernandes
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo Barbosa Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Brito Vaz d'Assunção do **Espírito Santo**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio Leopoldino Fernandes
Domingos Monteiro Fernandes
Jorge Amado
Manuel da Cruz **Marçal** Lima
Marida das Neves Baptista de Sousa
Mohamed Guadalupe Ramos da Glória
Osvaldo Tavares dos Santos **Vaz**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**

Delfim Santiago das Neves

Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de Pina dos Prazeres

Jorge Dias Correia

José Luís Xavier Mendes

União dos Democratas para a Cidadania e Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes Afonso

O Sr. Presidente: — Temos pedidos de substituição de Deputados, a pedido dos Grupos Parlamentares do ADI e do MLSTP/PSD e, nesse sentido, convido a Sra. Secretária a dar início ao acto de empossamento.

A Sra. Secretária (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Vou proceder à leitura do termo de posse. Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

«Aos dezassete dias do mês de Abril do ano dois mil e quinze, compareceram perante o Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos Brito Vaz de Assunção do Espírito Santo e Manuel da Graça José Narciso, em substituição dos Srs. Deputados Filomena Sebastião Santana Monteiro d'Alva e Álvaro João Santiago, dos Círculos Eleitorais de Lobata e Mé-Zóchi, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:»

Os Srs. Deputados prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária que o lavrou».

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o artigo 57.º do Regimento da Assembleia Nacional e o n.º 1 do artigo 105.º da Constituição da Assembleia Nacional fazem menção que o Parlamento reúne-se em duas sessões anuais, cujo início prevê para 15 de Abril e 15 de Outubro, respectivamente, durante um período que não excede 4 meses. Nos termos regimentais e constitucionais, coube à Comissão Permanente preparar a abertura desta sessão plenária.

É de recordar que a 1.ª Sessão legislativa teve o seu início no dia 3 de Dezembro de 2014 e hoje estamos cá reunidos novamente, após o período de férias parlamentares, para a abertura da 2.ª Sessão Legislativa.

Vamos passar a assuntos que constam do período de antes da ordem do dia, acho que todos os Srs. Deputados têm o Boletim Informativo na sua posse.

Como tem sido hábito nesta Casa Parlamentar, convido o representante do Grupo Parlamentar do PCD para proceder à apresentação da sua declaração política.

O Sr. Danilson Cotú (PCD). — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro da Administração Interna, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Por ocasião desta Cerimónia de Abertura da 2.ª Sessão Legislativa da X Legislatura, endereçamos, em primeiro lugar, ao povo de São Tomé e Príncipe as nossas mais sinceras saudações e voto de saúde e bem-estar. Estes votos são também endereçados a todos os cidadãos estrangeiros que residem nestas ilhas maravilhosas.

Permitam-me também saudar esta augusta Assembleia e apresentar a Vossas Excelências os nossos mais cordiais cumprimentos e manifestar o desejo de que essas férias parlamentares tenham servido para uma reflexão profunda de como vive o povo e o seu estado de espírito face a expectativas criadas com as promessas eleitorais do partido vencedor das eleições de 12 de Outubro do ano transacto.

Por outro lado, esperamos que essas férias tenham servido também para uma introspecção do que foi a nossa acção na Assembleia Nacional na 1.ª Sessão Legislativa da presente Legislatura.

Excelências, o actual figurino desta Casa Parlamentar, composta por quatro partidos políticos, obriga a que, no exercício do contraditório, encontremos consenso nas questões que dizem respeito à vida das cidadãs e dos cidadãos deste País. A busca do citado consenso não deve, no entanto, fazer perecer ou ofuscar o legítimo papel da oposição no que tange à fiscalização e a denúncia dos actos governativos que, no seu entender, acarretam consequências nefastas ao nosso amado São Tomé e Príncipe.

Com efeito, o PCD sublinha com enorme preocupação o clima de perseguição que se está a instalar na nossa Administração Pública, num momento em que a excessiva partidarização da administração do estado incomoda até os quadros sem militância partidária, que de alguma forma nutriam alguma simpatia pelo partido no poder.

É certo que sempre existiu a substituição de pessoas nos cargos de confiança política, aquando da alternância do poder, mas nunca se assistiu a substituição total das chefias e quadros intermédios da função pública, como a que temos vindo a presenciar na actualidade. Uma autêntica onda azul e amarela na Administração Pública e nas administrações das empresas, quer públicas, quer naquelas onde o Estado detém participação.

No nosso entender, poderia parecer interessante caso essas substituições fossem levar à melhoria na gestão dessas administrações, com gente capaz, com formação adequada e tempo de serviço que pudesse garantir alguma experiência de gestão.

O PCD vê com imensa preocupação o crescente nível de criminalidade no País, o aumento de casos de incêndios as residências, que tem deixado famílias inteiras desprovidas do fruto de trabalho de uma vida. Isso preocupa o PCD e só aqueles mais desatentos podem ignorar tal facto.

Como não nos preocuparmos com as frequentes denúncias dos agricultores em relação ao aumento de casos de roubos nas parcelas agrícolas? Isso tem provocado uma enorme desmotivação e um sentimento de abandono por parte dos homens e das mulheres que trabalham a terra.

Não poderíamos deixar de chamar a atenção e clamar por acções urgentes e visíveis por parte do Governo para erradicar, de forma exemplar, a onda de violações e abusos sexuais de menores que crescem exponencialmente no nosso país. Aproveitamos o ensejo para saudar, neste púlpito, a iniciativa do Fórum das Mulheres São-tomenses pela campanha de sensibilização que têm desenvolvido através dos órgãos da comunicação social. Gostaríamos também de apresentar a nossa preocupação em relação ao aumento do consumo de bebidas alcoólicas por parte de menores de idade e rogar a Deus para que o «fenómeno santo» e o surto de alergias nas escolas não voltem, neste regresso às aulas, de modo que os pais e encarregados de educação possam voltar a ter tranquilidade ao mandarem os seus filhos para as escolas.

Temos ainda a obrigação de referir, com preocupação acrescida, o facto de o nosso São Tomé e Príncipe estar a ser malfadado nos palcos internacionais, em virtude da vinda do fatídico e naufragado navio procurado pela justiça internacional, com o objectivo de se instalar no nosso país e, por causa deste facto, registamos a presença da INTERPOL no Território Nacional para averiguações, com todas as consequências que tal incómodo poderá trazer à imagem do País.

Excelências, em flagrante contraste com o esforço nacional para o crescimento do Turismo, registamos com justificada inquietação o aumento do lixo e cheiro nauseabundo em quase todas as cidades do País, daí o nosso apelo às Câmaras para que encontrem soluções urgentes para resolver tal situação.

Apelamos, de forma especial, o poder autárquico de Água Grande para que seja mais dinâmico, no sentido de encontrar espaços dentro do mercado para que todas as vendedoras e vendedores possam, de forma tranquila, vender os seus produtos e garantir o sustento de suas famílias de forma digna e honrada.

Ao povo de São Tomé e Príncipe reiteramos a nossa determinação em trabalhar e tudo fazer em prol da materialização dos seus legítimos anseios.

Bem-haja a todos, muito obrigado pela vossa atenção.»

Applausos.

O Sr. Presidente: — De seguida, convido o Sr. Deputado representante do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, para fazer a sua intervenção.

O Sr. Vasco Guiva (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caras e Caros Srs. Deputados, bom dia.

«É para mim, como sempre, uma honra e um grande prazer dirigir-me a esta augusta Assembleia, em nome do meu Grupo Parlamentar e, hoje, por ocasião da abertura da 2.ª Sessão Legislativa da X Legislatura.

Permita-me, Sr. Presidente da Assembleia Nacional, saudar-lhe e retribuir-lhe os desejos de um bom trabalho e votos de sucesso na condução dos destinos desta Casa.

Sáudo o Sr. Ministro da Administração Interna e, através de si, o Governo que aqui representa.

Quero igualmente saudar as caras e os caros colegas Deputados, desejando a todos os mesmos votos de sucesso, ao mesmo tempo que, em nome da minha Bancada, vos asseguro total disponibilidade de cooperar, dentro dos limites da legalidade, para que em conjunto possamos ter uma melhor Assembleia Nacional.»

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço desculpa. Se me permite, gostaria apenas de fazer um apelo a todos os Srs. Deputados. Temos um Deputado a fazer o uso da palavra e há muito ruído no fundo da Sala. Portanto, vamos ser mais disciplinados e ajudemos o nosso trabalho a progredir.

Sr. Deputado, pode prosseguir o seu discurso.

O Sr. Vasco Guiva (MLSTP/PSD): — «Por último, aqui vai também uma saudação muito especial a todo o povo de São Tomé e Príncipe, em nome da Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD, enquanto fieis

depositários da confiança que o povo em nós depositou para o representar, defender os seus interesses e sermos porta-vozes das suas mais almejadas aspirações, as de uma vida melhor e próspera que, aliás, constitui a nossa promessa eleitoral.

O MLSTP/PSD, embora na oposição, mas enquanto Partido de Libertação deste país, com uma responsabilidade histórica que lhe impõe a obrigação de defender os legítimos direitos do povo, zelar pelo seu bem-estar, pelo bom funcionamento do organismo do Estado, em conformidade com a lei de um Estado de direito democrático, deve estar sempre preparado para acudir as justas reivindicações da população e tudo fazer para que haja uma verdadeira dignificação da pessoa humana.

Estamos cientes de que virão reacções às nossas intervenções aqui da parte do poder, com a música de sempre: Deixem o Governo trabalhar!

O MLSTP/PSD reafirma o seu interesse de realmente querer ver este Governo a trabalhar e a encontrar soluções duradouras para o desenvolvimento da nossa economia, lutar contra o desemprego e promover o bem-estar do nosso povo. Por isso somos pela estabilidade na governação, razão pela qual temos vindo a adoptar a postura de algum silêncio, dando tempo e possibilidade ao Governo de errar e aprender com os seus erros, pois que só não erra quem não faz.

Todavia e acima de tudo, é necessário reconhecermos o erro e estarmos dispostos a corrigir. Porém, há um ditado que diz que quem cala consente e, ao fim ao cabo, os culpados não serão apenas aqueles que cometem os erros, mas sim todos aqueles que também foram assistindo, sem que pelo menos alertassem do que vai mal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é precisamente neste sentido e, como não pode deixar de ser, que a minha Bancada vem alertar a todo o povo sâo-tomense e ao Governo os seguintes factos:

1. Lamentavelmente, temos que admitir que pela primeira vez estamos a viver um momento de muita irresponsabilidade na governação do País. Já estamos no mês de Abril e um Governo que se diz responsável, até este momento, não consegue dar ao País o instrumento essencial de governação, que é o Orçamento Geral do Estado.

De acordo com a previsão, o País só terá o orçamento aprovado e promulgado no final do mês de Maio ou princípio de Junho.

2. Porém, assistimos o Governo a realizar obras e gabando-se que está a fazer muito, sem o Orçamento. Isto é crime!

Quanto custam essas obras? Qual é a fonte de financiamento? O respectivo orçamento foi aprovado por quem?

Aconselhamos o Governo a ler a Lei n.º 3/2007 – Sistema de Administração Financeira do Estado. Ou será que essa lei, como tantas outras, também está dispensada pela maioria absoluta?

A menos que o Governo tenha a coragem de dizer ao povo que essas obras foram iniciadas pelo governo cessante, pelo que todo o seu esquema financeiro não resulta das suas accções, mas sim de mera continuidade do Estado.

Infelizmente, este Governo apenas vem fazendo crer ao povo que tem a varinha mágica para a solução dos problemas, num acto de pura campanha para as presidenciais de 2016.

3. Este Governo que foi eleito com a maioria absoluta fez uma série de promessas, renovando a esperança deste povo para uma vida melhor. Entendemos que estamos ainda a poucos meses desta governação, mas o Governo, antes de prometer, conhecia a real situação da nossa economia. O Governo prometeu criar condições para que houvesse uma verdadeira estabilidade, paz e coesão social.

4. Ora, ao invés disso, temos vindo a seguir, com muita preocupação, ao apoderamento pelo Governo de toda a Administração Pública, incluindo as empresas com capital social do Estado, promovendo a exclusão de todos que não são da família do ADI, perseguindo, humilhando e exonerando-os dos seus postos de trabalho, pondo assim em causa a transparência na gestão da coisa pública, abrindo caminho ao aumento da corrupção, promovendo a incompetência, sem qualquer critério nem observância das leis da República. A título de exemplo, a Lei n.º 5/97 foi completamente posta de lado.

5. Desde sempre se instalou no nosso país, como forma de garantir a transparência na gestão da coisa pública, um princípio de que os membros do Conselho de Administração não executivos das empresas com capital mista, como é o caso da CST, da ENCO e outras, sejam pertencentes a cada partido com assento parlamentar.

6. Por ironia do destino, o ADI decidiu eliminar este princípio, escorraçando todos os elementos que não pertencem ao ADI, colocando nesses lugares seus deputados, como forma de mitigar os impactos da aplicação da Lei da Incompatibilidade, impedindo desta forma o maior controlo, a transparência e promovendo a corrupção.

7. Como se não bastasse, até já encontrou forma de contornar a Lei das Incompatibilidades, colocando os Deputados do ADI a trabalhar nas Câmaras Distritais. Este Governo pensa em tudo, menos no que diz respeito ao desenvolvimento deste país.

8. Logo no início da sua função, tentou impedir a construção de um centro comercial, investimento privado directo, pondo em risco não só a segurança jurídica nas relações que o Estado estabelece, como tentando jogar no desemprego várias dezenas de famílias. Vai-se lá saber se era apenas uma questão a ser resolvida debaixo da mesa!

9. Resta, contudo, por esclarecer o dossier sobre a construção da nova cidade, não bastam as explicações pouco sérias com o que o Sr. Primeiro-Ministro nos brindou. Não podemos ter um Governo que não honra os acordos ou compromissos assumidos pelo Estado. Isso é gravíssimo! Numa altura em que a economia do País está estagnada, um projecto dessa dimensão, a construção de uma nova cidade, para além de mudar consideravelmente a imagem do nosso país, criaria muitos postos de trabalho e faria com que os empresários locais prestassem serviços, criando condições para que globalmente existisse um bom clima de negócios e motivação por parte dos agentes económicos.

10. Aliás, sobre esse dossier, ficou-se a saber que vários diplomas, quer da própria Assembleia, quer do Governo, depois de devidamente aprovados e promulgados pelo Presidente da República, foram guardados numa gaveta qualquer. Estamos perante uma nova forma de voto?

11. Porque a questão veiculada pelos órgãos da imprensa escrita é muito grave e deveria, no mínimo, dar lugar a exonerações, processos-crimes, etc., porém, pode ser que não dê nada disso, porque o que se ficou a saber é que o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, por sinal chefiado por um ex-Procurador-Geral da República, quer ouvir em inquérito o Director do jornal que veiculou a notícia. Senhores, fico sem saber se é caso para rir ou chorar. Seguramente é para chorar, porque o Estado de Direito foi severamente posto em causa com esta atitude de intimidação ao jornalista.

12. Por outro lado, uma verdadeira caça às bruxas tem sido levada a cabo com auditorias devidamente encomendadas e na ausência daqueles que são alvos dessas auditorias, enquanto os sectores dirigidos por agentes do ADI continuam impunes, delapidando os bens públicos. Embora se tente escamotear os acontecimentos, é do conhecimento público o desvio de avultadas somas de dinheiro realizado por um dos deputados do ADI, que se vem verificando na ENASA neste ano, e outros desvios que se vem verificando na ENAPORT, sem que qualquer consequência fosse apurada.

A corrupção ocorre por meio de desvios de recursos dos orçamentos públicos do País destinados à aplicação na Saúde, na Educação, nos programas sociais e de infra-estruturas que entretanto são desviados para financiar campanhas eleitorais, corromper funcionários públicos, falsos comentadores políticos no estrangeiro e para depositar nas contas bancárias pessoais no exterior, enquanto o País se mergulha na profunda miséria.

13. A comunicação social, órgão de imprensa pública, numa descarada submissão, transformou-se em instrumento de propaganda eleitoral ao invés de estar ao serviço do povo e do desenvolvimento.

É necessário que o Sr. Primeiro-Ministro aprenda a falar a verdade. Fez falsa promessa com a construção de dois mercados, antes da proibição de vendas nos passeios, e isto não aconteceu.

14. O arroz de 13 000 dobras não existe e para confundir as pessoas o pouco arroz de donativo do Japão esta a ser comercializado nas Câmaras Distritais, contrariando as regras de mercado livre e promovendo a concorrência desleal aos empobrecidos comerciantes que pagam normalmente os seus impostos. A outra parte de arroz tem sido fornecida aos deputados do ADI, como forma de minimizar os impactos da aplicação da Lei sobre a Incompatibilidade dos Deputados.

15. Finalmente, o MLSTP/PSD não pode deixar de perguntar, apenas a título de mera curiosidade: afinal, o famoso barco «Thunder» é ou não Pirata?

Para finalizar, tal como ao longo do presente discurso fomos afirmado, o MLSTP/PSD tudo fará para que haja paz, estabilidade política, coesão social, sem deixar de estar atento aos desmandos governativos, exercendo acção fiscalizadora em prol do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

A todos os Deputados, o nosso bem-haja.

Viva a democracia, para que viva o povo de São Tomé e Príncipe.»

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Representante do Grupo Parlamentar do ADI.

O Sr. Levy Nazaré (ADI):— Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados.

Em nome do nosso Grupo Parlamentar, gostaríamos de saudar a todos os Srs. Deputados, na esperança de que as férias parlamentares tenham servido também para uma reflexão profunda sobre a nossa actuação, enquanto representantes do povo nesta Casa Parlamentar, os contributos que vimos dando e devemos continuar a dar para o desenvolvimento do nosso país e o que devemos mudar para melhor, de modo que juntos, independentemente da nossa cor político partidária, possamos trilhar os caminhos almejados por todo povo e assim devolver a esperança e o sorriso aos rostos dos sãotomenses.

Nessa nossa intervenção de hoje, gostaríamos de cingir-nos aos artigos 92.º a 107.º da Constituição da República, que juntos consagram e delimitam as atribuições e prorrogativas da deputação.

Como sabeis, o Deputado tem três grandes missões. A missão de legislar, a missão de fiscalizar, controlar e orientar a acção governativa e a missão de representar o povo.

Na primeira missão, que é a de legislar, gostaríamos de aproveitar essa oportunidade para pedir que, durante esta Legislatura, tendo em conta que a primeira Sessão foi tão curta, possamos ser mais produtivos e voltar a dizer, mais uma vez, o quanto urgente é a reforma parlamentar, consubstanciando-se numa reflexão profunda sobre todo o sistema, como exemplo o próprio Regimento da Assembleia Nacional, o número de Deputados, a deputação a tempo inteiro, a alteração da Lei Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos, a Lei do Financiamento dos Partidos Políticos, o Estatuto dos Titulares dos Cargos Políticos, bem como todas as outras legislações fundamentais e necessárias que o País precisa, como a reforma da Administração Pública, adaptando o Estatuto da Função Pública aos desafios com que hoje nos deparamos, a continuação da reforma fiscal, e todo o corpo legal que facilite e promova a captação do investimento privado estrangeiro, bem como o melhoramento do ambiente de negócio como instrumentos fundamentais que concorram para a materialização do I Eixo do Programa do Governo recentemente aprovado, que é a «aposta no crescimento económico gerador de emprego».

O melhoramento da legislação judiciária que possa facilitar uma melhor administração da justiça, dando corpo a um maior combate a crimes como a corrupção, roubos e furtos, crimes sexuais, em especial contra os menores, que tendem a comprometer a nossa vida colectiva, pondo em causa a justiça social, a paz e a tranquilidade pública.

Permitam-me aqui abrir parenteses para, em primeiro lugar, felicitar aqui, publicamente, a Polícia Nacional e a PIC, pelo excelente trabalho que têm desenvolvido nos últimos meses, detendo os suspeitos desses crimes, com parcisos meios à sua disposição e solidarizar-se com magistrados judiciais e do ministério público, que têm contribuído na aplicação da pena exemplar para esses casos. Daí que, Sr. Ministro, em substituição do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, e que por sinal é o Ministro responsável pela área que acabei de citar, neste OGE que aí vem, dê uma atenção especial a estas instituições. Em segundo lugar, gostaria de felicitar e encorajar os promotores da campanha nacional contra o abuso sexual de menores e aproveitar para pedir a todo o povo para estar vigilante e denunciar todos os casos de abuso sexual de menores que tenham conhecimento, principalmente no seio familiar, onde o encobrimento é muito acentuado.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caros Deputados, para a segunda missão, tão importante como a primeira, a missão de fiscalizar, controlar e orientar a acção governativa, é preciso um Parlamento mais forte, uma deputação capacitada e preparada para cumpri-la, contribuindo assim para o fortalecimento do Estado de Direito Democrático.

Daí que, depois de todo o alarido sobre a incompatibilidade, todos temos a consciência de que temos hoje um Parlamento mais fraco para cumprir essa missão. Como exemplo, numa casa para legislar, isto é, fazer leis, hoje, num universo de 55 Deputados, temos um único jurista, mas acreditamos que é a partir dessa fraqueza que juntos iremos encontrar forças para que num amanhã bem próximo possamos erguer esta Casa do povo e colocá-la lá onde ela bem merece, de modo que possa cumprir e desempenhar o seu real papel na sociedade sãotomense, pois acreditamos que os partidos políticos irão ter isso em atenção, quer na reforma parlamentar, que terá que existir, quer aquando da constituição das listas a deputados a serem apresentadas para o escrutínio legislativo.

Estamos a poucos dias de dotarmos o País de um instrumento fundamental para qualquer estado, que é o OGE, e sabemos que todo o País está à espera do mesmo. Esse atraso, previsto e antecipadamente alertado pelo ADI devido ao *timing* da realização das últimas eleições, e por ser um orçamento participativo, em que as populações e as comunidades contribuíram com as sugestões das prioridades e das suas necessidades, o que faz com que só agora possamos vir a discutir e aprovar o Orçamento, mas a Bancada do ADI aproveita a oportunidade para felicitar o XVI Governo Constitucional, que mesmo sem o Orçamento, já começou as grandes acções, a saber: a conclusão da estrada de São Fenícia a Folha Fede; a fase de conclusão do troço de estrada de Aeroporto a Praia Cruz; o troço de estrada de Pantufo a São Marçal, a intervenção na Ponte de Paga Fogo e ainda, sobre as estradas, foi feita a reactivação do Projecto GIME, que é extremamente importante não só na vertente de manutenção das estradas e vias rurais, mas sim na sua componente social, dando emprego a centenas e centenas de família em todo o país.

Quanto a energia, a população de Santarém, Ribeira Peixe e Cola Grande já podem beneficiar desse bem que vem iluminar os rostos das pessoas, em que as populações dessas comunidades já podem beber água, sumo e cerveja fresca, conservar peixe e outros produtos, bem como poder assistir o Futebol Club do Porto a dar uma lição de futebol aos alemães.

Aplausos do ADI

Estando a energia prestes a chegar também a Canavial, Laranjeira e Uba Búdo Roça, bem como, se tudo correr como previsto, ainda este ano, levar energia a Malanza e Porto Alegre.

Um outro bem tão fundamental para o dia-a-dia das pessoas como é a água, as comunidades de San Guembú, Correia e Generosa já beneficiam desse precioso líquido. E retomou-se o projecto de abastecimento de água à cidade de Guadalupe, Mouro Peixe, canavial, Conde, Micoló, Fernão Dias, Praia Gamboa e Lochinga.

Uma outra acção tão importante deste Governo que é digno de realce aqui, nessa Casa do povo, é o lançamento do programa de concessão voluntária de nacionalidade são-tomense aos cidadãos da CPLP que se encontravam no País à data da independência, que já vai em mais de 2 000 concessões, permitindo mais uma vez abrir parentes, porque nós os são-tomenses não temos muito o hábito de elogiar, quando temos que elogiar, sabemos mais criticar. Daí que abro parentese para, publicamente, felicitar não só o Director dessa instituição, bem como a todos os seus funcionários pela mudança, para melhor, de forma visível, que se verifica nesses serviços, em todas as suas vertentes, isto é, na imagem física, no atendimento, no trato para com os utentes, na celeridade dos actos e processos, principalmente na descentralização que houve para os outros distritos, evitando assim que pessoas tenham que vir para a cidade capital apenas para tratar de serviços básicos.

Pois, são muitas outras acções deste Governo que nos dá a garantia de que no final dos 4 anos da Legislatura o povo irá viver a diferença.

Mas é bom que também se diga publicamente que nós, Deputados do Grupo Parlamentar do ADI, representantes do povo, mesmo sendo o Grupo que suporta o Governo, não abriremos mãos da nossa prerrogativa constitucional de fiscalizar a acção governativa e não iremos compactuar com nenhum caso de corrupção, manifestamente provado pelas instituições competentes, porque só assim estaríamos a cumprir com a nossa missão que o povo nos conferiu e que juramos cumprir com toda a lealdade e dedicação.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, por último, a missão de representar o povo são-tomense. Para ela, gostaríamos de dirigir directamente às Sras. e Srs. Deputados.

Há já muitos anos que vimos assistindo a uma degradação da imagem da Casa parlamentar, o descredito e o desrespeito dos representados (que é o povo) para com os seus representantes que (somos nós). Daí que urge pôr um travão nesse divórcio entre os representados e os representantes. E para isso, necessário se torna trabalharmos mais, produzirmos mais, termos um comportamento social compatível com a natureza e a grandeza da função, cuidarmos da nossa imagem em público, permitam-me aqui uma expressão da nossa terra para um melhor alcance daquilo que queremos dizer: uma deputada ou um deputado não deve se apresentar em público «mala bóia» e ter acções e comportamentos indecorosos. Pois, só assim poderemos resgatar a confiança, a consideração, a admiração e o respeito daqueles que nos elegeram para os representar, que é o povo. Mas para isso, Sr. Presidente da Assembleia Nacional e Sr. Ministro, representante do Governo, necessário se torna, igualmente, criar todas as condições materiais e meios de trabalho, bem como todos os outros meios inerentes que possam concorrer para dignificar essa mesma função e a sua representatividade.

Depois de apresentarmos as três missões da deputação, permitam-nos a agora e para terminar dirigir algumas palavras directamente ao nosso povo. Sabemos e temos a consciência das dificuldades que o povo vive, conhecemos o sofrimento das pessoas, das famílias, das comunidades, temos a noção de toda a problemática da juventude, que quer emprego, que quer constituir uma família, um lar e para isso precisa de casa; que quer bolsas para prosseguir os seus estudos e garantir assim um futuro melhor. Sabemos da situação em que vive a grande maioria dos nossos pais, das nossas avós, pessoas que durante uma vida deram tudo de si por este país e que hoje recebem uma reforma de miséria, no momento de suas vidas em que mais precisam e não têm forças para trabalhar.

Conhecemos a situação das nossas crianças, muitas não fazem as três refeições a que têm direito, muitas vão às escolas com fome, muitas andam quilómetros para irem às escolas, muitas são maltratadas, exploradas e abusadas pelos próprios pais, muitas não conseguem usufruir desse maravilhoso momento, dessa mágica idade de ser criança e quando crescem não têm boas recordações. Sabemos de tudo isso, não vamos dizer de quem é a culpa, que este tem mais e aquele tem menos culpa, porque não é a nossa forma de estarmos na política, mas sabemos que o povo são-tomense sabe quem é quem nesta República.

Aplausos do ADI.

Mas gostaríamos de dizer aqui, mais uma vez, e dessa vez mais convictos ainda, que dias melhores virão. Acreditamos que com este Governo, liderado pelo Dr. Patrice Trovoada, com essa equipa, com esta maioria parlamentar que permite uma estabilidade governativa, com a ajuda dos nossos parceiros bilaterais e multilaterais e, essencialmente, com o nosso querer, com o nosso saber, com a nossa determinação, com os nossos recursos naturais e humanos, com as nossas potencialidades todas, com todas as nossas forças do bem e principalmente com a nossa fé em Deus, este país, este nosso país, irá se erguer e mostrar ao mundo, com a sua pequenez territorial, o quão grande é, e é aí que teremos a certeza de que os são-tomenses voltarão a sorrir, os são-tomenses voltarão a sonhar, e um sonho bom.

É desta forma que auguramos dias melhores para esta Casa parlamentar e para todo o País.

Que Deus abençoe São Tomé e Príncipe e abençoe a todos nós.

Um bem-haja.

Aplausos do ADI.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, tendo acabado de ouvir as mensagens proferidas pelos Srs. Representantes dos distintos Grupos Parlamentares, permitam-me proceder a um balanço daquilo que foi realizado ao longo da anterior Sessão.

Sr. Ministro da Administração Interna, em representação do Ministro da Presidência do Conselho de Ministro e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, Excelências.

Em primeiro lugar, saúdo a Vossas Excelências, Sras. e Srs. Deputados, na expectativa de que as férias parlamentares tenham sido gozadas em pleno e de modo a permitir um bom recomeço dos nossos trabalhos.

A abertura da presente sessão constitui um momento particular, visto que nos permitirá dar uma olhadela de modo a revermos o que foi feito e, consequentemente, traçar as acções futuras.

Conforme o relatório das actividades da Assembleia Nacional, podemos constatar que o número de iniciativas apresentadas à Mesa foram poucas, visto que a 1.ª Sessão Legislativa só teve o seu início no dia 3 de Dezembro, o que levou à amputação de quase dois meses de trabalho.

Relativamente aos dados estatísticos constantes do relatório, registou-se a entrada de um total de 24 diplomas, dentre os quais dois são projectos de lei, 21 projectos de resolução e uma proposta de resolução.

Foram aprovados 16 projectos de resolução, um projecto de lei e uma proposta de resolução, perfazendo, deste modo, um total de 18 diplomas aprovados, tendo os restantes passado à condição de pendentes.

No que concerne ao número de reuniões, registou-se um total de 41, sendo 8 da 1.ª Comissão, 3 da 2.ª, 7 da 3.ª, 2 da 4.ª, 2 da 5.ª; 7 da Conferência de Líderes, 7 do Conselho de Administração e 5 reuniões plenárias.

Infelizmente, a anterior sessão ficou marcada por um voto de pesar, em virtude do funesto desaparecimento físico do ex-compositor e co-fundador do conjunto "Os Úntues", ex-técnico de tráfego aéreo, ex-director da ENASA, o Sr. José da Vera Cruz Aragão, mais conhecido por Aragão, figura emblemática na defesa dos valores da sãotomensidade, como demonstram as suas letras musicais.

A nível interno, a convite do Presidente da Assembleia Regional do Príncipe, deslocou-se para aquela parcela do Território Nacional uma delegação da Assembleia Nacional, chefiada por mim, para participar nos festejos da sua descoberta, tendo aproveitado a ocasião para estreitar os laços de proximidade entre as duas ilhas e activar o protocolo de cooperação já existente, mediante a assinatura de um programa, inserido num conjunto de acções a serem implementadas entre as duas instituições.

A nível externo, quero aqui assinalar as nossas participações, no Reino de Marrocos, no Fórum de Crans Montana, realizado no passado mês de Março, no qual se abordou os aspectos do incremento da cooperação sul-sul e, no Vietname, na Assembleia Geral da União Interparlamentar, realizada na cidade de Hanoi, de 27 a 1 de Abril corrente.

Relativamente ao Fórum de Crans Montana, foi pela primeira vez que o nosso Parlamento tomou parte na reunião cujo tema "A Cooperação Regional e a Cooperação Sul-Sul", como novo instrumento de cooperação internacional para África, o que consideramos de extrema importância.

O que podemos realçar da reunião da Assembleia Geral da União Interparlamentar é o facto de o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, ter apresentado um relatório síntese sobre o trabalho desenvolvido para a definição e negociação da Agenda Pós-2015.

A referida Agenda deverá incluir os objectivos do Desenvolvimento Sustentável que guiarão o desenvolvimento global, depois do fim do prazo, para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

No capítulo das relações bilaterais, gostaria de dar ênfase às relações de cooperação e de amizade existentes entre o nosso Parlamento e o Parlamento português, que nos enviou um consultor na área de informática para a realização de um seminário subordinado ao tema "Boas Práticas na Utilização das TIC, para Levar o Parlamento aos Cidadãos", no passado dia 25 de Fevereiro.

O seminário em questão foi deveras oportuno, na medida em que a sua realização permitirá às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados fazer o bom uso dos computadores portáteis financiados pelo Governo da República da China (Taiwan), no âmbito da cooperação com aquele país.

Sras. e Srs. Deputados, considerando que a presente Sessão Legislativa tem o seu início na data prevista regimentalmente e dada a sua importância, será caracterizada pela aprovação de dois instrumentos fundamentais do Governo, que são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2015, permitam-me desde já exortar todas as Sras. e os Srs. Deputados para que se esforcem de modo a tornar a mesma mais profícua e de acordo com os desideratos preconizados.

Estamos a perspectivar, ainda para esta 2.ª Sessão, organizar uma reunião de trabalho na qual iríamos elaborar um programa para definir o número de reuniões plenárias em que se poderá discutir matérias relevantes do interesse da Nação com maior frequência, de modo a exercermos os nossos mandatos de maneira mais produtiva nesta augusta Assembleia.

Quero aqui, do alto deste palco, lançar um apelo aos grupos parlamentares, para apresentarem iniciativas legislativas com vista a tornar a nossa Assembleia mais intervintiva, para dotar o nosso país de instrumentos legais, que fazem falta a nossa sociedade.

Termino, agradecendo a vossa atenção, pelo que declaro aberta a 2.ª Sessão Legislativa da X Legislatura.

Obrigado pela atenção de todos.»

Aplausos gerais.

Agora, conforme consta do Boletim Informativo distribuídos às Sras. e aos Srs. Deputados, vamos passar à segunda fase dos nossos trabalhos, que consiste na apreciação do único ponto inscrito na ordem do dia.

Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena dos Prazeres, para apresentar uma declaração.

A Sra. **Filomena dos Prazeres** (PCD): — Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Passo a ler uma mensagem por ocasião do 5.º aniversário do desaparecimento físico do nosso tão saudoso Francisco Silva:

«São passados cinco anos sobre o desaparecimento físico de Francisco Silva, ocorrido em 14 de Abril de 2010.

Entre as várias funções a serviço do Estado e da Nação, foi Secretário-Geral da Assembleia Nacional e depois Presidente deste Órgão, tendo exercido esta última função até a data da sua morte.

O Partido de Convergência Democrática (PCD), do qual Francisco Silva foi militante dedicado desde a primeira hora e dirigente abnegado até ao fim, gostaria de aproveitar esta ocasião para render tributo a este filho querido do povo da Nação sâo-tomense.

No seu distrito natal, Cantagalo, mas também no resto do País, Francisco Silva deixou um legado de total dedicação ao trabalho, de sincera solidariedade para com os seus compatriotas, de humildade perante a vida e de seus desafios, de coragem e rectidão cívicas.

Francisco Silva deixou um legado de profundo amor a São Tomé e Príncipe e à causa do seu povo. Neste momento, gostaríamos de recordar o seu exemplo nesta augusta Casa, onde muitos de nós testemunhamos a exemplaridade do seu comportamento, enquanto Deputado e enquanto Presidente da Assembleia Nacional.

Gostaríamos também de recordar a dignidade que conferia ao exercício de cargo de Presidente do mais alto órgão legislativo do País, ciente de que acima de tudo era um representante do povo do Estado sâo-tomense.

Destacado profundo respeito com que tratava todos e cada um, tendo sempre presente que todos os deputados têm a mesma legitimidade emanada do voto popular e como tal devem ser tratados com igual dignidade.

Sublinhar o seu permanente empenho na procura de pontos de aproximação e de convergência, na construção de pontos de diálogos, sublinhar a sua capacidade de entender a mão adversária, de escutar os pontos de vista de todos, porque para Francisco Silva, em política, não havia inimigos, mas sim apenas adversários, sâo-tomenses como ele, eventualmente com ideias e projectos diferentes, mas com os mesmos direitos e os mesmos deveres.

Gostaríamos também de destacar os seus esforços para aproximar a Casa Parlamentar dos cidadãos, fazendo da Assembleia Nacional um espaço mais acessível, mas aberto àqueles que com os seus votos nos elegem.

Por tudo isso, gostaríamos de render hoje um tributo a Francisco Silva e aos valores que praticou em vida, pedindo uma salva de palmas em sua memória, como sinal do nosso compromisso em continuar estes valores tão caros e tão necessários à sã convivência democrática no Parlamento e na Nação.

Muito obrigada.»

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Quero agradecer à Sra. Deputada por ter-se lembrado desse facto histórico, e é bom enaltecer isso aqui no nosso Parlamento.

Posto isto, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, mas antes de prosseguir, já agora, gostaria de convidar os Líderes Parlamentares a aproximarem-se, portanto, vou fazer um gesto simbólico de entrega dos cartões de identificação de Deputados aos Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD), Jorge Amado (MLSTP/PSD) e Idalécio Quaresma ADI, depois faremos a distribuição ao nível dos serviços a todos os restantes Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para fazer uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Permite-me, Sr. Presidente, dirigir-me a partir daqui, é apenas uma correcção. Dei uma vista de olhos no Boletim Informativo que é um documento público que divulga os nossos trabalhos. Aqui onde diz «Audiências a Entidades Internacionais, no dia 6 de Abril de 2015, o Vice-Presidente da Assembleia, Levy Nazaré,», penso que aqui houve um erro dos serviços, a audiência foi concedida ou foi presenciada pela Vice-Presidente, a Deputada Maria das Neves e não o Vice-Presidente, o Deputado Levy Nazaré. Portanto, gostaria que fosse corrigido.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço o Sr. Deputado pela sua chamada de atenção, registou-se e os serviços irão proceder à devida correcção.

Como eu disse, temos inscrito na nossa agenda dos trabalhos a discussão e aprovação, na generalidade, especialidade e votação final global do projecto de resolução referente ao orçamento da Assembleia Nacional para o ano económico 2015, conforme consta do Boletim Informativo. Neste sentido, convido o Sr. Presidente do Conselho de Administração para proceder à apresentação do referido documento a esta augusta Assembleia.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimo Sr. Ministro da Administração Interna, em representação de Sua Excelência o Ministro da Presidência do Conselho de Ministro e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Fruto dos resultados das eleições Legislativas de 12 de Outubro de 2014, a nova Legislatura, ou seja, a X Legislatura, iniciou a 22 de Novembro de 2014. Pese embora estejamos numa nova Legislatura, importa-nos fazer um breve comentário sobre o ano 2014, uma vez que a responsabilidade da gestão de 2014 deve ser repartida entre o anterior Conselho de Administração, cujo mandato terminou a 22 de Novembro de 2014, igualmente data do início da responsabilidade do actual Conselho de Administração, composto por mim, Presidente do Conselho, em representação do Grupo Parlamentar do ADI, a Sra. Deputada Ana Rita, em representação do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, e o Sr. Deputado Jorge Correia, em representação do Grupo Parlamentar do Partido PCD.

Feita esta breve introdução, que julgava ser pertinente, uma vez que tive o privilégio de presidir o anterior Conselho de Administração, gostaria de dizer que o ano 2014 não foi diferente dos antecedentes, igualmente marcado por rigor na gestão dos parcos recursos postos à disposição da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe. Digo parcos recursos, porque o que temos vindo a projectar, pelo menos desde a legislatura anterior, quer a nível do orçamento corrente, quer a nível do orçamento de capital, não tem sido colocado pelo Tesouro Público à disposição da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, o que tem inviabilizado de que maneira o cumprimento dos objectivos projectados, principalmente a nível de investimentos, cuja taxa de arrecadação de receitas é extremamente baixa, situação bastante preocupante.

Sras. e Srs. Deputados, para materialização dos objectivos fixados para 2014, projectamos em termos orçamentais o valor global de Dbs. 77.162.000.000,00 (setenta e sete mil milhões, cento e sessenta e dois milhões de dobras), sendo Dbs. 53.862.000.000,00 (cinquenta e três mil milhões, oitocentos e sessenta e dois milhões de dobras) para o orçamento corrente e Dbs. 23.300.000.000,00 (vinte três mil milhões e trezentos milhões de dobras) para o orçamento de capital.

Em termos de execução, até ao final do mês de Dezembro de 2014, as receitas correntes provenientes do Estado foi de 82,17%, enquanto que as receitas de capital foi de 11,44%, tendo-se como referência as requisições de duodécimos em 2014.

Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores, pensamos que para 2015 o cenário será idêntico, ou seja, o Tesouro não colocará à disposição da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe os montantes programados a 100% e, por isso, será mais um ano exigente em termos de rigor na gestão de despesas, devendo-se realçar a necessidade, igualmente, de contenção. Para 2015, o Conselho de Administração, que tenho o prazer de liderar, estabeleceu os seguintes objectivos essenciais: rever as infra-estruturas do Palácio dos Congressos; capacitar e desenvolver os recursos humanos; garantir a continuidade das tecnologias; criar condições para as deslocações dos Deputados, visando visitas dos eleitos aos eleitores; melhorar as condições de trabalho dos Deputados e funcionários; promover a cooperação parlamentar e interparlamentar; melhorar os trabalhos das Comissões Especializadas Permanentes; promover o parlamento infanto-juvenil; apetrechar o parque auto da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe e projectar a construção da sede política do Parlamento.

Na perspectiva de se poder atingir esses objectivos, o projecto de orçamento para 2015 que Vossas Excelências têm em mãos está fixado em Dbs. 73.410.850.478,00, (setenta e três mil milhões, quatrocentos e dez milhões, oitocentos e cinquenta mil, quatrocentas e setenta e oito dobras), igual valor para despesas, sendo Dbs. 53.765.284.745,00 (cinquenta e três mil milhões, setecentos e sessenta cinco milhões, duzentos e oitenta quatro mil, setecentas e quarenta e cinco dobras) para despesas correntes e Dbs. 19.645.565.733,00 (dezanove mil milhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, setecentas e trinta e três dobras) para as despesas de capital.

Importa referir que, de forma geral, registou-se uma diminuição de -4,86% relativamente ao orçamento da Assembleia Nacional de 2014, sendo -0,18% relativamente ao orçamento corrente e -15,68% no que se refere ao orçamento de capital.

Sras. e Srs. Deputados, a nível de despesas correntes, serão priorizadas actividades que concorram para a materialização dos objectivos preconizados para 2015, acima elencados, por um lado e, por outro, para dar continuidade a algumas acções não materializadas em 2014, de modo a que o Parlamento possa cumprir com a maior eficácia e eficiência o seu papel.

Neste âmbito, importa salientar que os ajustes mais significativos foram para as seguintes rubricas: remuneração certa e permanente, com o objectivo de se fazer reajustes salariais, promoções e regularizações; aquisição de bens e serviços correntes, visando atender às necessidades dos serviços como: aquisição de alguns consumíveis para assegurar os serviços, formação interna e externa e entidades públicas – destinadas a transferências para os órgãos autónomos, pagamento das quotas dos organismos internacionais, subvenção aos partidos políticos e despesas com funcionários dos grupos parlamentares.

No que tange às despesas de capital, pretende-se dar prioridade às seguintes acções: rever as infraestruturas e conclusão da reabilitação do Palácio dos Congressos; capacitar e desenvolver os recursos humanos; melhorar as condições da Sala do Plenário; melhorar os trabalhos das Comissões Especializadas Permanentes; promover o parlamento infanto-juvenil; adquirir viaturas para a Assembleia Nacional; projectar a construção da sede política do Parlamento.

Muito obrigado pela vossa atenção, os membros do Conselho de Administração estão disponíveis para qualquer esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, gostaríamos de sugerir o seguinte: constitucional e regimentalmente, o Parlamento reúne poderes para adopção deste instrumento proposto e no quadro destes poderes poderá fazer as modificações julgadas necessárias, quer no âmbito dos objectivos fixados, quer no âmbito propriamente das rubricas para alcançar as metas fixadas.

Portanto, convido as Sras. e os Srs. Deputados a fazerem as suas intervenções, inicialmente no quadro da generalidade, ou seja, do anexo da resolução, e que na última fase pudéssemos discutir a presente resolução que adopta o orçamento.

Talvez nos termos metodológicos, sugeria que nos pronunciássemos sobre os objectivos e depois passaríamos em revista o quadro que temos em presença, onde estão fixadas as rubricas, as designações e os valores, para que no fim pudéssemos adoptar o documento.

Srs. Líderes Parlamentares do PCD, do MLSTP/PSD e do ADI, queria conhecer as vossas reacções com relação a esta proposta e, se estiverem de acordo, poderíamos avançar com os nossos trabalhos.

Portanto, recordo as Sras. e os Srs. Deputados que, em termos de tempo, o Grupo Parlamentar do ADI dispõe de 181 minutos, o MLSTP/PSD, 87 minutos, o PCD, 27 minutos, e o Deputado do UDD tem 5 minutos.

Se estiverem de acordo, então abriremos já a sessão para as intervenções dos Srs. Deputados, com relação ao orçamento da Assembleia Nacional.

Srs. Deputados, está aberta o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, a minha intervenção não é de fundo, sobre o projecto de orçamento da Assembleia Nacional, mas sim é uma intervenção de forma. O tempo passa e vamos amadurecendo a nossa experiência parlamentar e a nossa vontade para questionar algumas coisas que, na nossa opinião, não está bem. Quero dizer que essa preocupação não é de hoje, é desde a minha primeira vez no Parlamento, mas como era a minha primeira vez como Deputado, havia questões que eu não levantava porque precisava ter mais experiência e mais à-vontade para levantar as questões. Então, vou levantá-la hoje, porque acho que já é o momento de expor essa minha preocupação. Antes de colocá-la, solicitei alguns colegas deputados, mesmos dos outros grupos parlamentares, porquê que se faz assim. Para mim está errado – volto a dizer que é minha opinião – discutirmos e aprovarmos o Orçamento da Assembleia Nacional, antes da discussão e aprovação do Orçamento Geral do Estado. É uma questão de lógica. Da forma como temos vindo a fazer isso, parece que a Assembleia é um outro Estado. Porque vamos começar daqui a pouco a discussão do OGE com todas as suas instituições, e uma dessas instituições do Estado é a Assembleia Nacional, que é um órgão de soberania como o Presidente da República, o Governo e os Tribunais. Daí que perguntei a alguns colegas Deputados mais experientes, que já estão nesta Casa há muito tempo, e alguns disseram-me que se faz assim porque é uma forma de os Deputados pressionarem o Governo sobre o seu próprio orçamento. Logo, o Governo estaria pressionado pelos Deputados, se não aceitar algumas questões que levantarem sobre o próprio orçamento da Assembleia, antes do OGE. Não acredito que seja só isso, mas talvez haja outras explicações, que as pessoas que têm mais experiência, que percebem melhor disto, possam dar aqui, mas penso que está mal. Disseram-me até que está regimentado, que é lei até. Talvez devem ter ido buscar isso na legislação comparada, direito comparado, como se faz nos outros parlamentos.

Daí que, penso, a forma não está correcta, mesmo que isso seja discutido previamente com o Ministro das Finanças, com o Governo, para ver se o montante do orçamento da Assembleia encaixa na proposta do OGE que virá. Temos um exemplo claro que pode ser, talvez, uma questão de erro dos serviços, mas a proposta que está no orçamento da Assembleia, até já tinha visto isso com o Sr. Presidente, mas o erro continua, o que está no documento que vamos discutir hoje não bate certo com a proposta do OGE que já deu entrada na Assembleia Nacional e que já temos conhecimento.

É esta a questão de forma que levanto, para ir aprendendo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, registo a sua preocupação, depois veremos aquilo que se oferecer no futuro e o que se poderá fazer neste sentido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Peço a palavra simplesmente porque gostaria de, em forma de reflexão, reagir um pouco à intervenção do caro colega Deputado Levy Nazaré, em relação ao orçamento da Assembleia Nacional. Tem sido prática desde o início desta nossa Casa Parlamentar, baseado nas leis comparativas de outros países, em especial Portugal, com quem temos uma relação de amizade e de cooperação neste aspecto, queria dizer que a Assembleia Nacional tem autonomia administrativa e financeira e, como tal, deve sim aprovar, de acordo com a lei, o seu orçamento, para que possa ser tomado em consideração na elaboração do OGE.

Gostaria de dizer que esta nossa acção hoje peca por tardia, porque o orçamento deveria ter sido aprovado há mais tempo, 30 dias antes da aprovação de Orçamento Geral do Estado, para que o Governo possa incluir o nosso orçamento no seu Orçamento, o que significa dizer que o tecto do orçamento da Assembleia Nacional deve ser antecipadamente discutido com o Governo, para que quando o Governo elabore o seu Orçamento possa colocar o tecto do orçamento da Assembleia Nacional previamente negociado e não ter que vir aqui dizer que não chega. Por isso, perspectivamos os nossos orçamentos e enviamos ao Governo.

Acho que todos os outros órgãos não aprovam os seus orçamentos oficialmente como fazemos aqui. A Assembleia Nacional aprova o seu orçamento publicamente, o mesmo se passa certamente com o orçamento dos outros órgãos de soberania que, depois de internamente se reflectir, é enviado ao Governo para incluir no seu orçamento, em função da disponibilidade.

Claro que, não tendo disponibilidade para o efeito, caberá ao Governo justificar que não tem disponibilidade, portanto, temos de reduzir, porque o orçamento da Assembleia reflecte a disponibilidade do Governo para a execução do ano económico.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, por isso mesmo levantei esta questão para perceber e agradeço o companheiro Deputado Jorge Amado por este esclarecimento. É sempre bom levantar essas questões, para irmos aprendendo e também para darmos o nosso contributo. Aproveito para dar este contributo aqui, dizendo que os Tribunais, como órgão de soberania, também têm autonomia administrativa e financeira, mas discutimos o orçamento dos Tribunais aquando da discussão do OGE. A Lei SAFE, a Lei que foi aqui citada, salvo erro, fala que as instituições do Estado que têm autonomia administrativa e financeira devem concorrer com o seu próprio orçamento em 40 ou 60% para as suas próprias despesas. Salvo melhor opinião, é verdade que temos uma autonomia administrativa e financeira, mas todo o dinheiro da Assembleia vem do Orçamento Geral do Estado.

Se os orçamentos dos tribunais são discutidos aquando do OGE, mesmo tendo autonomia administrativa e financeira, a minha pergunta é porquê também não discutir o orçamento da Assembleia na mesma altura, tendo mesmo assim autonomia administrativa e financeira.

É só uma questão de forma e não vou intervir mais para não acharem que estou a fazer um cavalo de batalha com isso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. Maria das Neves (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saudar...

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sra. Deputada, apenas um pedido. Parece que a TVS tem dificuldade em captar imagens na posição em que os Srs. Deputados estão, por isso, convido-vos a irem ao púlpito fazer as intervenções.

A Sra. Maria das Neves (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saudar-lhe, saudar as Sras. e os Srs. Deputados e saudar o Sr. Ministro da Administração interna.

Sr. Presidente, ouvi atentamente a explanação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, que ressaltou a necessidade de se fazer a contenção das despesas, aliás, o Presidente disse-nos aqui que houve uma redução, comparando com o orçamento do ano transacto, de 4,86%, o que significa mesmo que deve haver uma necessidade de contenção.

Constatámos que, nas anteriores legislaturas, os deputados do Príncipe não integravam as comissões especializadas e julgo que umas das causas era que não era possível que eles se deslocassem periodicamente para poderem participar nas reuniões das comissões especializadas.

Nesta legislatura e porque se está a falar na necessidade da profissionalização dos deputados, os Deputados do Príncipe foram redistribuídos em todas as comissões especializadas, o que significa dizer que deverão participar nessas comissões especializadas. Para os Deputados do Príncipe, participar nas comissões especializadas significa que a Assembleia Nacional terá que colocar o avião à sua disposição, para que frequentemente possam participar nas reuniões. Num contexto de contenção de despesas, julgo que isto será difícil, o que significa dizer que os Deputados do Príncipe, enquanto se mantiverem no Príncipe, não poderão participar com frequência nas reuniões das comissões especializadas.

Sr. Presidente, porque é que levanto esta questão? Porque no artigo 6.º do projecto de lei que nos é apresentado, no ponto 2, diz: «Cada falta cometida pelos membros das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede das Mulheres Parlamentares e do Conselho de Administração, seja ela justificada ou injustificada, é descontada na renumeração mensal, no valor correspondente à senha de presença.» Ou seja, mesmo os Deputados do Príncipe, não podendo participar nas reuniões, por motivos justificados, serão penalizados. E a penalização será tanto maior quanto mais faltas tiverem nas comissões especializadas. Ou seja, correm o risco de chegarem ao fim do mês e não terem salário. A minha pergunta é: é isso que queremos? É isso que se pretende? Por isso, julgo que temos que reconhecer que temos que proceder à alteração disso, sob pena de penalizarmos os Srs. Deputados que não poderão participar com frequência nas reuniões, salvo se a Assembleia pretende agora enviar o transporte para trazer os Deputados do Príncipe, para participarem em todas as reuniões das comissões. Caso contrário, porque estamos na Casa de leis, é justo proceder-se à revisão disso, de modo a não penalizarmos aqueles que justamente poderão participar nas sessões de trabalhos da Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Acho que é uma abordagem pertinente e fica registada. Acredito que encontraremos uma forma de poder dar vazão a esta preocupação levantada pela Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Evaristo Carvalho.

O Sr. **Evaristo Carvalho** (ADI): — Sr. Presidente, no seguimento da questão levantada pela Sra. Vice-Presidente, também ao ler a proposta anotei precisamente este artigo, no mesmo número. A Sra. Vice-Presidente fala sobre os Deputados do Príncipe, mas mesmo os Deputados fixados em São Tomé poderão ser penalizados. Se um Deputado estiver no cumprimento de uma missão da Assembleia, naturalmente não poderá participar na reunião da Comissão. Ele vai ser sancionado, conforme diz o artigo, «...seja ela justificada ou injustificada»? Não há nenhuma justificação para isso? Pergunto, como? Também estranhei isso.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, vejo que há uma preocupação em relação a este artigo e, portanto, fica registada esta preocupação e acredito que em conjunto iremos encontrar uma forma de a debelar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, dando ainda seguimento à questão, julgo necessário, também, reavermos a forma como se pratica os descontos das faltas. Recorro ao Regimento, no artigo 61.º-A, no ponto 2 que diz: «Perde a qualidade de membro da Comissão o Deputado que der, sem motivo justificado, seis faltas...». Não é esta a questão, mas o ponto 3 diz: «As faltas injustificadas aos trabalhos parlamentares implicam ainda:». Neste caso, tanto a comissão como as reuniões plenárias têm as suas modalidades para os descontos. Mas a prática funcional não é a que a lei assim enuncia. Diz: «a) A perda de 1/5 do vencimento mensal se der duas faltas;

b) A perda de 1/3 do vencimento se der três a cinco faltas.» Mas sabemos que a prática de como se desconta as mensalidades dos Srs. Deputados, não é o que a lei impõe. Julgo também necessário corrigir esses aspectos, porque é um aspecto funcional. A um deputado que participe na comissão, se faltar os trabalhos seguintes, é-lhe retirado o directo do trabalho da comissão anterior. Isso também não é correto. No entanto, a questão de procedimentos também tem que ser revista, a questão das faltas justificadas, injustificadas e os descontos das mensalidades.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, como eu dizia no início, está registada esta preocupação e acredito que em conjunto iremos encontrar, se calhar, um momento próprio para discutirmos estas questões, levantar e acertar essas agulhas todas, essas falhas que se encontram no nosso Regimento, e não só.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, gostaria de propor que, ao aprovarmos esta resolução, fosse suprimido o artigo 6.º.

O Sr. **Presidente**:— Gostaria de saber a reacção dos Srs. Deputados desta augusta Assembleia. Acho que é uma questão que terá abordagem na especialidade. Portanto, estamos numa posição geral, mas quando chegar a altura da especialidade, veremos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI):— Sr. Presidente, já tem sido norma nesta Casa, na sequência do que disse o Sr. Deputado Levy Nazaré, apresentarmos o nosso orçamento com um valor diferente do que vem no OGE. No ano passado, a Assembleia Nacional tinha um orçamento que rondava os 77 mil milhões, salvo erro, enquanto no Orçamento Geral do Estado vinha 69 mil milhões e mesmo assim só tivemos um complemento de 39 mil milhões. Agora vem no Orçamento Geral do Estado 66 mil milhões e estamos a apresentar um orçamento de 73 mil milhões. Pergunto, porquê essa diferença? O que sugiro é que devemos ajustar o orçamento da Assembleia em função do OGE. Para quê essa discrepância? Estamos a enganar-nos, estamos a aprovar um dinheiro que nunca chega. O tecto orçamental nunca chega. Portanto, creio que de uma vez por todas devemos ter a coragem de dizer não. Vamos adaptar o orçamento da Assembleia à proposta do OGE, de forma que quando chegarmos ao fim, saberemos quem está em falha, porque neste momento não consigo saber quem está em falha. No ano passado, apresentamos 77 mil milhões, dos 69 mil milhões que o Governo disse que nos daria, só deu 39 mil milhões. Portanto, são essas questões que eu gostaria de ver esclarecidas.

O Sr. **Presidente**:— O que é que o Sr. Deputado propõe de concreto? Porque alterar isto agora, depois de todo o trabalho feito pelo Conselho de Administração, creio que é difícil.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI):— Creio que devemos ajustar o tecto do orçamento da Assembleia à proposta do Orçamento Geral do Estado. No Orçamento Geral do Estado vem 66 mil milhões, portanto, é uma diferença de, nas receitas corrente, de 5 mil milhões e, nas receitas de capital, 2 mil milhões, o que dá 7 mil milhões. Portanto, devemos ajustar, porque depois não sabemos donde vem as falhas. Do que estava previsto no ano passado, o Governo preparou 69 mil milhões, deram-nos 39 mil milhões. Portanto, a diferença do que o Governo deu equivale a cerca de 41 mil milhões.

O Sr. **Presidente**:— Gostaria de propor que, em primeiro lugar, se ouvisse as pessoas que estiveram envolvidas na feitura do orçamento. O Sr. Presidente do Conselho de Administração poderá nos elucidar, e não só. Pode ser que as Sras. e os Srs. Deputados que fizeram parte do Conselho de Administração têm argumentos para justificar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, o Sr. Deputado Idalécio, até certo ponto, tem alguma razão. Mas é bom alertar porque normalmente o Orçamento Geral do Estado traz um tecto diferente ao orçamento da Assembleia Nacional. Isto não é porque o tecto da Assembleia Nacional não corresponde ao que vem no Orçamento Geral do Estado. Uma vez apresentado o Orçamento e ao analisar com Assembleia a sua necessidade, o Governo faz uma listagem e apresenta uma adenda. Nesta folha vem o correspondente ao orçamento da Assembleia Nacional, assim como as outras correcções que se faz no Orçamento, que não vem directamente no orçamento inicial, porque já está feito. No entanto, quando o Governo faz a correcção, envia essa folha avulsa indicando as correcções feitas no orçamento da Assembleia Nacional, razão por que Orçamento Geral do Estado traz um tecto um pouco diferente do tecto do orçamento original, mas no orçamento corrigido já os tectos são normalmente iguais. Acho que o Conselho de Administração, certamente ao colocar este tecto aqui, quis dizer que discutiu com o Governo a possibilidade de haver este tecto, mas claro que o orçamento da Assembleia sai quando Orçamento Geral do Estado já está concluído. Espero que o Conselho de Administração nos explique melhor essa situação.

O Sr. **Presidente**:— Dou a palavra ao Sr. Deputado Delfim Neves, teria pedido a palavra a seguir.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Sr. Presidente, se calhar já estou praticamente ultrapassado. É que nós temos estado a discutir quase na especialidade antes mesmo de aprovar a resolução na generalidade.

Qualquer orçamento é uma projecção. Mesmo o Orçamento Geral do Estado, aquilo que nós vemos como tecto, não é seguro que o Estado vá recadar esta receita. Assembleia Nacional tem autonomia administrativa financeira. Pode ter um tecto superior, aquilo que está no Orçamento Geral do Estado. Em função daquilo que o Governo conseguir mobilizar vai-se acertando com Assembleia. Portanto, esta questão de tecto não se coloca, porque também se não houver não se dá. É uma projecção apenas.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI):— Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de falar sobre as questões postas pela Dra. Maria das Neves. De facto, os Deputados do Príncipe têm sido penalizados nesta matéria. Como já é de consenso que se faça alguma alteração a lei, esperamos que no futuro se possa resolver estas questões. Julgo que os serviços estão a cumprir na íntegra o que esta na lei e o que esta na resolução passada. Em relação aos valores que são diferentes no orçamento da Assembleia e o que vem plasmado no Orçamento Geral do Estado, gostaria de dizer que fixamos o valor que já tinha sido acordado com Sua Excelência o Ministro das Finanças. No final houve qualquer embaraço. Julgo que também sentiram-se apertados em matéria de financiamento para o engajamento do orçamento, daí que em última hora foram postos os valores. Os serviços cumpriram de acordo com aquilo que tinha sido a conversa com o Sr. Ministro. Se devemos ter ou não um valor igual. Isto é uma questão que podemos discutir, não vem ao caso, neste momento, porque o Conselho aprovou o tecto de acordo a conversa que teve com o Sr. Ministro, depois o Governo entendeu que não era possível e diminui o valor, por isso é que há este desfasamento.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Jorge Amado que sugeriu a supressão do artigo 6.º, na minha opinião nem devíamos partir para eliminação deste artigo, mas sim melhorar a redacção. Por exemplo, há deputados tanto do Príncipe como de São Tomé que às vezes estão indisponíveis para participar em determinadas reuniões de Comissão. Deve-se primar pela prática do aviso antecipado, para se prever a substituição do deputado. Daí que se pode também corrigir a parte que diz que o deputado em falta é penalizado e não eliminar directamente o artigo.

Queria propor uma correcção ao artigo 5.º, Vossas Excelências têm em mãos, onde se fala das senhas de presenças. Houve ali um erro dos serviços. Queria imediatamente corrigir porque esta é uma resolução, depois de aprovada torna-se difícil fazê-lo. Diz o ponto 1 «Além da remuneração mensal, os membros das Comissões Especializadas Permanentes e da Rede das Mulheres Parlamentares têm direito a senhas de presença...

O Sr. **Presidente**:— Sr. Presidente, queria apenas relembrar que está a entrar em matéria da especialidade. Neste momento, estamos a discutir na generalidade a proposta de lei. Gostaria de pedir a todos para nos cingirmos a isso, quando fosse o momento da especialidade levantáramos estas questões pormenorizadamente.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, estamos a discutir na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo de Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI):— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha intervenção vem no sentido de fazermos uma reflexão lógica daquilo que é o orçamento que estamos a propor para um bom funcionamento da Casa parlamentar.

No entanto, estamos num Estado unitário, em que o Governo tem o poder executivo. Acredito que na conversa tida, o Conselho de Administração apresentou uma proposta ao governo e viu até onde podia chegar. Queria aproveitar também para saudar a Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau de tudo que aconteceu nos últimos anos conseguiu a bem pouco tempo que as instituições de Estado e os órgãos de soberania falassem a uma só voz, porque havia necessidade de conjugarem os esforços para desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Foi um exemplo saudado em São Tomé e Príncipe ao mais alto nível. É meu entendimento como deputado da nação que nós, os Deputados, possamos dar um sinal em começarmos a falar a uma só voz. O País tem problema, embora todo nosso esforço de melhorar, penso que Assembleia e Governo, também, têm que começar a falar a uma só voz. Na medida em que, tendo o Governo apresentado um tecto orçamental, acredito que foi na sequência do seu contacto com o Conselho de Administração. Alteramos o nosso tecto, numa cifra de 73 mil milhões de dobras, a uma imposição ao Governo. O Governo na sua comunicação fixou o orçamento num tecto.

Quero finalizar com a proposta do Sr. Deputado Idalécio Quaresma em uniformizarmos as nossas linguagens e as nossas propostas, fixando o tecto da Assembleia Nacional, ao tecto proposto pelo Governo, e depois disso quanto à questão de outras despesas faremos os ajustes necessários. Sr. Presidente, esta é a minha proposta para o Conselho de Administração.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, se entendemos bem, o Conselho de Administração deixou claro, que o tecto da Assembleia foi um assunto acordado com o Ministro das Finanças. Não podemos estar aqui a equivocar o povo que nos escuta, de que nós estamos a ter alguma imposição sobre tecto que o Governo disponibilizou. Isto não é real.

O Conselho de Administração explicou bem claro, que o tecto do orçamento da Assembleia foi acordado com o Ministro das Finanças. Tinha o tempo necessário para fazer as devidas correcções.

O Sr. **Presidente**:— Gostaria apenas de fazer um apelo, acho que não vamos polemizar muito sobre este assunto. Porque daquilo que pude depreender até agora, como disse o Sr. Presidente do Conselho de Administração, parece que houve uma abordagem prévia, ainda falta discutir o Orçamento Geral do Estado. Pode ser que até lá as coisas poderão eventualmente ser encaminhadas de maneira que satisfaça alguma necessidade também do Parlamento. Acredito que sim, dai que gostaria de pedir para não polemizar muito sobre esta matéria, a ideia pode ser boa de se decifrar já o tecto, mas eu acredito que pode haver alguma margem que o Governo deve ter, bem como o Parlamento, no sentido de negociar todos esses aspectos e o tecto final do orçamento.

Dito isto acho, acredito que iremos encontrar um meio-termo. Vamos continuar com apreciação do orçamento da Assembleia na generalidade pra ver se o aprovamos na generalidade, depois para passarmos a especialidade.

Tem a palavra Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Eu retiro depois da sua intervenção, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, mais intervenções! Não quero acreditar que não haja mais intervenções! Portanto, não havendo, temos um texto de resolução, a ser adoptado que aprova o orçamento da Assembleia, com os anexos que foram distribuídos, acabarei se calhar de submete-lo à votação na generalidade.

Podemos avançar? Portanto Srs. Deputados vamos passar à votação do texto na generalidade, não havendo mais intervenções, podemos avançar.

Vamos passar à votação do texto na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos passar à apreciação, na especialidade, artigo por artigo. As Sras. e Srs. Deputados têm o projecto em mãos, portanto vamos passar a fazer apreciação artigo por artigo, como eu dizia. Vamos começar pelo preâmbulo. Alguma sugestão, alguma alteração Sras. e Srs. Deputados? Apelo à vossa atenção, estamos a discutir o orçamento. Não havendo, vamos passar à votação do preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Alguma alteração? Alguma correcção? Não havendo podemos passar à votação?

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, gostaria de obter algum esclarecimento sobre o artigo 1.º, quando nos apresentam aqui mapas 1,2,3,4 e 6. Queria saber onde está o mapa 5.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Presidente do Conselho de Administração tem alguma resposta, vendo em consulta com os serviços?

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI):— Sr. Presidente, julgo ser um erro de digitalização. De facto, existe o quadro número 5 e não o mapa. Sr. Deputado Jorge Amado tinha levantado esta questão. É uma questão de se acrescentar ali no artigo 1.º o número 5. Por exemplo, temos o Quadro 1 que são dados gerais que constam do OGE 2014, Quadro 2 – Despesas, Quadro 3 – Receitas, Quadro 4 – Despesas de Capital e Quadro 5 – Fluxo Financeiro. Depois temos o Quadro 6 que espelha as receitas das despesas também na sua totalidade.

Era só uma questão de acrescentarmos porque de facto existe este mapa que aqui foi considerado como quadro. No Quadro 6 só falta apenas a designação daquilo que se refere no mapa.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI):— Sr. Presidente, com a explicação do Sr. Presidente do Conselho da Administração, estou um bocado perdido, de acordo com o *Diário da Assembleia*. Os quadros que eu vejo aqui assinalados, fazem referência à execução de 2014. É meu entendimento que os quadros assinalados, são quadros de despesas gerais, gostaria que nos situasse através do número de página, assim poderíamos acompanhar melhor os trabalhos.

Permita-me, Sr. Presidente, aquilo que estamos aprovando tem a ver com 2015.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI):— Peço desculpa, Sr. Presidente, após a minha intervenção, gostaria de pedir antecipadamente 5 minutos para fazermos alguns acertos, mas antes disso gostaria de tentar esclarecer só esse *handicap*.

O Sr. Deputado Jorge Amado, falei em quadros, não são quadros, são anexos. A correcção, neste caso, é que o artigo 1.º devia mencionar o seguinte: «É aprovado o orçamento da Assembleia Nacional para o ano económico de 2015, conforme os mapas n.^{os} 1, 2, 3 e 4...». Esses mapas, de facto, existem, são anexos. Vamos talvez riscar mapas e colocar anexos. E depois, o mapa do pessoal, em anexo, está nas últimas páginas do *Diário*.

De qualquer forma, peço 5 minutos para podermos acertar alguns pormenores.

O Sr. **Presidente**: — Já agora, gostaria de dizer o seguinte, em relação àquilo que tem sido as outras sessões. Tínhamos decidido que passaríamos a trabalhar até ao meio-dia, fariamos um intervalo para o lanche e voltaríamos ao trabalho. Portanto, este intervalo chega em boa hora, vamos fazer 15 a 20 minutos e retornaremos daqui a pouco.

Já agora, peço aos serviços que façam a distribuição dos cartões às Sras. e aos Srs. Deputados.

Esta suspensa a sessão.

Eram 12 horas.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 35 minutos.

Estávamos a discutir, na especialidade, o artigo 1.º e deparamos que o anexo ou o Quadro 5 não faz parte deste documento. Daí que gostaria de solicitar ao Sr. Presidente do Conselho de Administração se já há alguma resposta aos Srs. Deputados que levantaram a questão.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI):— Sr. Presidente, peço desculpas, mais uma vez, por alguma situação que possa causar mal-estar nesse aspecto.

Bem, como falamos no artigo 1.º, é mais ou menos, como eu já tinha explicado. A sugestão é que ficaria os mapas 1, 2, 3 e 4. Aí onde diz «anexos», deixa de ser anexos e passa a ser «mapas», com as respectivas designações. Por exemplo, na página 86, onde tem o anexo 3, será mapa 3, com a designação «despesas correntes»; na página 89, mapa 4, em vez de anexo, com a designação «despesas de capital»; o anexo 2 passa a ser mapa 2, com a designação «receitas de capital». Há um anexo 18, se os Srs. Deputados quiserem corrigir, diz: «Comparação das despesas correntes do ano 2014/2015», mas esse anexo não faz referência directamente à resolução.

A outra questão, na página 94 do *Diário*, onde diz «Mapa de pessoal», deve ser «Quadro de pessoal», são os quadros que também compõem este documento.

Prosseguindo, ainda no artigo 1.º, onde diz: «os mapas 1, 2, 3 e 4, ...e os quadros de despesas», que são estes que acabei de mencionar, fazem parte do documento.

É tudo, Sr. Presidente, mas se os meus colegas do Conselho de Administração quiserem tecer mais algumas considerações, agradecia.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço, Sr. Presidente do Conselho de Administração.

Sras. e Srs. Deputados, acabaram de ser esclarecidos em relação aos mapas e anexos. Se não houver mais intervenções, acho que podemos avançar para a votação do artigo 1.º, já com as alterações feitas.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos apreciar agora o artigo 2.º. Algum pronunciamento?

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para uma intervenção.

Agradeceria que o Sr. Deputado se dirigisse ao púlpito, para facilitar a captação das imagens pelos téc

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, volto aqui para ver se ajustamos os valores de acordo com a proposta do Orçamento Geral do Estado. Então, as despesas estimadas em STD 73.410.850.478,00 (setenta e três mil milhões, quatrocentos e dez milhões, oitocentas e cinquenta mil e quatrocentas e setenta e oito dobras), passaria para STD 66 012 000 000 (66 mil milhões, doze milhões de dobras), e STD 19.645.565.733,00 (dezanove mil milhões, seiscentas e quarenta e cinco milhões, quinhentas e sessenta e cinco mil, setecentas e trinta e três dobras), passaria para 17 mil milhões e depois o Presidente do Conselho de Administração faria os ajustes necessários. Porque tem sido hábito, aqui nesta Casa, aprovarmos os orçamentos com valores a mais. A não ser que a Assembleia Nacional nos diga que é possível recuperar os 7 biliões de dobras de outras formas, nas receitas próprias. Se conseguir arranjar

essa quantia nas receitas próprias, retiro a minha proposta. Se for para tirar do Orçamento Geral do Estado, acho que não será possível.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para fazer uma intervenção.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente, não venho para contrariar a proposta vinda do Líder Parlamentar do ADI, mas sei que há incoerência. Quando se aprova um orçamento na generalidade, aprova-se em princípio o tecto. Tratando-se de um órgão como a Assembleia Nacional, que tem autonomia administrativa e financeira, o orçamento que está a ser aprovado pode ter um tecto superior ao que está no Orçamento Geral do Estado, e posso explicar.

O valor que está no OGE é a responsabilidade do Governo para com a Assembleia Nacional. A diferença, sendo órgão com a sua autonomia administrativa e financeira, pode advir de receitas próprias. Portanto, se formos nivelar o orçamento da Assembleia Nacional com o Orçamento Geral do Estado, significa dizer que a Assembleia só depende daquilo que o Governo vai pôr à disposição. Este é o normal que se discute aqui. Não é que se põe sempre a mais, é que tem que se pôr sempre a mais. Porque o Governo assume uma parte, a responsabilidade do Governo são os tais 66 mil milhões, como dizia o Sr. Deputado, e a Assembleia tem que assumir a diferença por receitas próprias. Agora, cabe aos membros do Conselho de Administração explicar, se for o caso – já que o Sr. Secretário-Geral não tem direito à palavra nesta sessão –, de onde virão essas receitas próprias. Mas é lógico ter um tecto superior àquilo que é a responsabilidade do Governo.

A incoerência aqui seria um órgão deste nível ter um orçamento superior ao OGE. Isto é que é incoerência. É impossível e isso nem sequer pode ser feito. Mas tudo que é inferior pode. Porquê? O Governo pode dizer, «assumimos a nossa parte, 66 mil milhões» e a Assembleia pode dizer, «com o aluguer do espaço, as actividades que se fazem aqui, espectáculos, casamentos, etc., podemos mobilizar 33 mil milhões e ter um orçamento de 100 mil milhões», enquanto o Governo assumiu apenas 66 mil milhões. E mais, se tivermos que reajustar, não significa reajustar e deixar que o Conselho de Administração faça um ajuste posterior. Agora, aprovar na generalidade com um tecto, depois fazer corte no 2.º artigo, para que depois os serviços façam ajustes, é incoerência, é quase passar um cheque em branco.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. Idalécio Quaresma (ADI): — Sr. Presidente, peço aos Srs. Deputados que vejam o Quadro 6 na página 84. No que diz respeito a receitas próprias, a Assembleia Nacional só terá 350 milhões de dobras. Fui claro que, se a Assembleia Nacional disser que a sua receita própria vai passar para 7 mil milhões e 350 milhões, estarei inteiramente de acordo. Portanto, não estou em contradição com o Sr. Deputado.

É esta a minha questão.

O Sr. Presidente: — Gostaria de solicitar se o Conselho de administração tem alguma opinião a emitir, para nos ajudar a apreciar este facto e avançar com os nossos trabalhos.

Não havendo, por parte do Conselho de Administração, nenhuma informação adicional, gostaria de saber por parte dos Srs. Deputados, perante esta proposta, qual seria a alternativa. Continuamos a discutir o orçamento com o tecto de 73 mil milhões ou fazemos os ajustes tomando em consideração todas as alterações possíveis que poderão imperar no redimensionamento deste orçamento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. Maria das Neves (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, como aqui já foi dito qualquer orçamento é previsional. Se analisarmos aqui a história dos orçamentos, quer o Orçamento do Estado quer o da Assembleia, nunca se conseguiu arrecadar o total daquilo que se previa. Prevê-se um tecto, mas a execução é sempre inferior, por motivos sobejamente conhecidos por todos. Mas há também receitas extraordinárias, que não se prevê, mas entram no decorrer do ano. É o caso de dois milhões de dólares, que foi dito que Timor tinha oferecido à Assembleia, mas que acabou por ficar no Orçamento Geral do Estado.

Optando pela proposta do Sr. Deputado Idálio Quaresma não se pode aprovar o Orçamento hoje. Não se pode reduzir o tecto e deixar como está para que os órgãos de Administração procedam à sua divisão. Suspendemos hoje a discussão do Orçamento para que se refaça tudo porque isto implica cortes e aprovaremos o Orçamento outro dia. Julgo não ser necessário porque tratando-se de um orçamento previsional, mesmo os 66 mil milhões que o Governo propõe não será se não conseguir mobilizar recursos suficientes a Assembleia será penalizada.

Caberá ao Conselho de Administração saber que contenção é que irá fazer na execução do orçamento porque o Sr. Presidente já nos disse aqui. Suspendemos a sessão para proceder à revisão ou aprovamos na perspectiva de fazer a contenção no decorrer do ano e a Assembleia mobilizar recursos para as receitas extraordinárias.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, tendo em conta que há a necessidade de aprovarmos o Orçamento, se optarmos por renegociarmos tudo corremos o risco de atrasarmos mais as coisas. Faço este apelo. Sugiro que continuemos. Os possíveis ajustes poderemos fazer a posteriori encontrando uma forma de viabilizar o nosso orçamento. Sras. e Srs. Deputados, estamos em plena discussão, temos o constrangimento do tempo, penso que possíveis acertos podemos ver como alcançá-los. Dito isto, sugiro à apreciação do artigo 2.º com o actual tecto e posteriormente encontrarmos alguma solução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, creio que temos alguma dificuldade em assumirmos as nossas responsabilidades. Estou nesta Casa há algum tempo e a maior parte dos orçamentos aqui aprovados foram nestas modalidades. De uma vez por todas façamos as coisas correctamente. Se a Administração disser que vai arranjar verbas extraordinárias, sim, aprovamos o orçamento e colocamos o valor aí. Não vale a pena enganarmos a nós mesmos.

Se o Governo diz que vai dar 66 mil milhões, insisto porque da outra vez disseram que nos davam 69 mil milhões e quantos é que nos deram? Penso que devíamos colocar os 66 mil milhões e exigir o cumprimento ao Governo. Estamos a apresentar um valor com 7 mil milhões em falta, para evitarmos que cheguemos em 2016 e apontemos os incumprimentos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, segundo informações que me chegaram o Conselho de Administração já se encontrou com o ministro de tutela e parece-me que há uma abertura para a discussão, por isso proponho que avancemos. Quando for a altura para a discussão do Orçamento Geral do Estado poderemos voltar a analisar. O orçamento, como se dizia, não tem uma cifra exacta, sendo neste caso previsional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o meu grupo parlamentar tinha proposto, antes de virmos cá, que o Presidente do Conselho de Administração e o Secretário-Geral encontrassem com os elementos do grupo antecipadamente para discutirmos e analisarmos em conjunto os pontos de convergência e discordia do orçamento, fazermos as devidas correcções. Felizmente esta tarefa foi cumprida. O Secretário-Geral esteve com a sua equipa no nosso grupo parlamentar analisámos o tecto, fomos dada a devida explicação e concordamos com este tecto. Daí que o nosso grupo parlamentar não tem dificuldades em aprovar o orçamento com este tecto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, tendo em conta o que foi aqui dito pelos nossos colegas, de facto há desfasamento. Todas as intervenções aqui feitas são para ter em conta no futuro. Dada a importância deste instrumento, peço ao meu grupo parlamentar que avancemos com os trabalhos. Nos próximos anos teremos em conta esta questão do tecto do orçamento da Assembleia em relação ao Governo. Entendo perfeitamente as preocupações do Sr. Líder Parlamentar do ADI e também dos Srs. Deputados do PCD e do MLSTP/PSD, mas daí que possa servir de exercício para o futuro para que possamos melhorar em termos da feitura do nosso orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado senhor Presidente do Conselho de Administração. Acho que esta sua intervenção já deixa bastante claro o sequenciamento. Acho que podemos avançar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, creio que mais uma vez vamos adiar o processo para o próximo ano. Espero que naquela altura tenhamos a coragem de rever a situação, porque não me sinto suficientemente à vontade estando a incorrer sempre nesses erros, porque isto já se vem arrastando a alguns anos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, há uma expressão em latim que diz “*errare humanum est*”. Portanto, acredito que o erro é humano e, como foi feito aqui um apelo pelo Presidente do Conselho de Administração, no próximo ano estaremos todos atentos para corrigirmos e repormos as coisas como devem ser.

Portanto, vou submeter o artigo 2.º à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 45 votos a favor e 5 abstenções.

Artigo 3.º tem a ver com as despesas. Podemos passar à votação?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, seria bom que anunciasse quem são os Srs. Deputados que estão a abster-se.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar o artigo 3º.

Submetido à votação, foi aprovado, com 45 votos a favor e 5 abstenções, do Grupo Parlamentar do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Vamos apreciar o artigo 4º. Não havendo podemos passar à votação?

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**: — Artigo 5º. Pronunciamentos, Srs. Deputados?
Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de pedir a sua permissão para que o Sr. Deputado Jorge Correia venha fazer uma rectificação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Caras e caros companheiros Deputados, o Conselho de Administração, gostaria de apresentar a seguinte proposta para o artigo 5º, isto porque, aquando da análise e preparação deste orçamento, houve questões que foram levantadas e achamos que são questões pertinentes, porque brigavam com a igualdade de direito no que concerne particularmente à questão de género, e foi daí que nasceu o erro, que entendemos, que existe no primeiro ponto do artigo 5º.

As resoluções do orçamento da Assembleia Nacional precedentes tinham uma redacção que começa tal e qual como está, além da remuneração dos membros das Comissões Permanentes, mas não tinha a Rede das Mulheres Parlamentares e quisemos, por justiça, que as senhas de presenças fossem estendidas também à Rede das Mulheres Parlamentares, aquando das suas reuniões. Ora, como se tratava de um assunto importante, tentamos estabelecer que as Sras. Deputadas que fazem parte da Rede das Mulheres Parlamentares não podiam receber para além de duas senhas de presença, mensalmente. Na redacção que foi dada pela equipa técnica, associou-se as Comissões Especializadas Permanentes, a Rede das Mulheres e o Conselho de Administração.

Com a vossa permissão, gostaríamos de fazer a seguinte a proposta: eliminariam-se a Rede das Mulheres Parlamentares no primeiro ponto e passaria a ser: «Além da remuneração mensal, os membros das Comissões Especializadas Permanentes têm direito a uma senha de presença por cada reunião, no valor...», que esta estipulado, o resto desaparece.

Criaríamos um segundo ponto que seria: «O disposto do nº anterior é também aplicável a reuniões da Rede das Mulheres Parlamentares, não devendo ultrapassar duas senhas mensais.» Os outros pontos passariam a ser 3º, 4º e 5º. No artigo 5º, onde diz «para efeitos do n.º 3, passaria a ser «para efeitos do nº 4. Não sei se entenderam. Se sim, aproveitaria para fazer, com a vossa permissão, uma proposta para o artigo 6º.

O Sr. **Presidente**: — Temos agora uma proposta pertinente, gostaria de ouvir mais opiniões, no sentido de avançarmos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Pinheiro.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Dada à intervenção do Deputado Jorge Correia, membro do Conselho de Administração, fiquei com uma dúvida. Será que para as outras comissões é determinado a quantidade de senha por mês? Porquê que para a Rede das Mulheres Parlamentares, que normalmente temos reuniões todas as sextas-feiras, mesmo tendo quatro ou mais reuniões temos que ficar somente com duas senhas?

Esta é a minha preocupação. Já se começa de novo com a discriminação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia, para esclarecimento.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há muito ruído na Sala.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, na altura, discutimos e analisámos esta questão e concluímos o seguinte: É que a Rede das Mulheres não é um órgão da Assembleia. Partimos do princípio que órgãos da Assembleia são as Comissões Permanentes. Ora, não sendo um órgão da Assembleia, a Rede das Mulheres tem um outro enquadramento, mas por uma razão de justiça e sendo um

primeiro passo, acertamos que pelo menos deveria ter duas senhas de presença mensais. Repare que esteve presente uma senhora pertencente ao Conselho de Administração, com quem discutimos e chegamos à conclusão de que, para esta primeira etapa, poder-se-ia começar assim.

Não é nenhuma discriminação. Peço que as senhoras compreendam que, logo que o assunto foi posto, defendemos que era de justiça que a Rede, embora não seja um órgão directo da Assembleia, tivesse também algum privilégio.

Gostaria de chamar atenção que, na altura, as verbas já tinham sido distribuídas de forma equitativa e tivemos que fazer o cálculo e retirar de outras verbas, de modo que a Rede beneficiasse.

O Sr. Presidente: — Depois dos esclarecimentos do Sr. Deputado Jorge Correia ainda há dúvidas? Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Pinheiro.

A Sra. Ângela Pinheiro (ADI): — Sr. Presidente, agradecia que fosse Ângela Costa Pinheiro.

O que vejo cá no artigo 5º é «...não devendo ultrapassar duas comissões especializadas permanentes, para cada Deputado.» Não vejo onde diz: «não deve ultrapassar duas senhas. O documento que tenho não deve estar corrigido e, por isso, gostaria de pedir esclarecimentos quanto a isso, Sr. Presidente.

Mais uma vez, queria dizer que mesmo a Rede não sendo uma comissão permanente da Assembleia, é uma forma de promovermos realmente a questão da igualdade e equidade de género, dando mais força à Rede das Mulheres Parlamentares, visto que chegou o momento para agirmos realmente e deixarmos de falar da questão de igualdade e equidade do género. Isso vem nos dar mais força e nos dará também um pouco de poder económico.

O Sr. Presidente: — Muito obrigada Sra. Deputada Ângela Costa Pinheiro!

Risos gerais.

O Sr. Presidente: — Aproveito para fazer um pequeno comentário. Esta Assembleia tem sido sensível quanto à questão do género. Aliás, como explicou muito bem o Sr. Deputado Jorge Correia, houve essa sensibilidade no seio do Conselho de Administração, para um órgão que existe no papel, mas não como comissão permanente e nem tem esse direito. Mesmo assim houve essa flexibilidade, tendo em conta a questão do género, no sentido de dar alguma relevância ao papel das mulheres e o Conselho de Administração cedeu até dois subsídios mensais. Acho que em princípio é um primeiro passo e vamos evoluir, se calhar, para melhor.

Também como a Sra. Deputada sabe, o orçamento é limitado. Já foi um esforço inserir isso já neste orçamento, certamente que no próximo iremos melhorar. Acho que é assim que devemos interpretar isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, antes de começar, temos que ter algum cuidado para não ferir a susceptibilidade das mulheres, mas penso por causa da questão de género fizemos uma coisa errada. Na minha opinião, não sendo um órgão, não se devia dar, e ponto final. Isso não é uma questão de género ou não. Não é um órgão da Assembleia. Isso de abrir mão por coisas que às vezes não pensamos, porque para dar um jeito, é que estamos a cometer essas falhas. Não devemos dar jeito em coisas que não é para dar jeito. Não devia ter nenhuma senha sequer. Existe também os grupos de amizade que não tem senha nenhuma e podem reunir também. As mulheres fazem parte das comissões. Houve aqui um erro da comissão e esse erro faz com que a Sra. Deputada venha exigir não só duas, mas mais senhas.

O Sr. Presidente: — Por acaso, na sua intervenção, parece haver alguma coerência, todavia, vou dar a palavra ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, que quer fazer uma intervenção.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, quase que me sinto ultrapassado com a intervenção do Sr. Deputado Levy Nazaré, Vice-Presidente. Era mais ou menos isso que vinha dizer, mas vou fazer só um reparo. De facto, não há discriminação nenhuma, há vontade, tanto é que da parte do Conselho de Administração querendo, se calhar, proteger as nossas Sras. Deputadas atribuiu estas senhas. Só para ver o exemplo, como disse o Sr. Deputado, as Sras. Deputadas também estão inseridas nas nossas comissões. Daí que desafio os homens a criarem uma rede parlamentar dos homens, porque senão...

Risos.

Dou só um exemplo: se as Sras. Deputadas tiverem um número tal de presença em Comissões Permanentes, terão as suas devidas senhas à disposição, mais as da Rede Parlamentar. Daí que haverá uma discriminação, porque os homens não têm essa possibilidade, porque não têm rede. Vamos melhorando aos poucos, de facto é uma situação que julgo que é de engajamento de todos. É preciso ir com calma, tendo em conta que ainda não há uma lei de base que sustente esta situação.

A Sra. Deputada Ângela Costa Pinheiro, julgo que somos bastante generosos, como chamou atenção o Sr. Vice-Presidente, até não deveríamos ter feito, porque não está basicamente na lei.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Julgo que estamos a brincar com coisas muito sérias e lamento por isso.

Sr. Presidente, a Rede das Mulheres Parlamentares é um organismo da CPLP, está no Estatuto da CPLP e a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe é um órgão da CPLP. Se não estiver no Estatuto da Assembleia, então temos que colocar imediatamente, porque estamos a ferir uma legalidade. Por isso, meus senhores, não brinquemos com coisa séria!

Normalmente discute-se o dinheiro e não se discute o trabalho. Toda gente tem consciência de que a Rede trabalha. Por isso, gostaria que encarássemos isso com muita seriedade, para se incluir, se é que não está, porque está nos estatutos da CPLP.

Convido os Srs. Deputados a lerem o Estatuto da Assembleia Parlamentar da CPLP, de modo a acabarmos com isso.

Aplausos.

O Sr. Presidente: — Após a sua intervenção, que é bastante pertinente, é verdade que sei que esta muito ligada à CPLP e acredito que há que se fazer melhoria nesse sentido e no futuro iremos trabalhar para o efeito.

Há uma Rede das Mulheres que faz parte da CPLP, a Sra. Deputada tem muita razão e na qualidade de Presidente tomarei isso em consideração e iremos trabalhar no sentido de melhorar as coisas. É uma questão de tempo, depois se verá.

Como já se tinha sugerido, acho que não se vai fazer previsão nenhuma, após termos ouvido o Presidente do Conselho de Administração. Acho que temos que evoluir paulatinamente, não vale a pena precipitarmos em nada, porque também sabemos que é verdade que o País não tem dinheiro para dar, o próprio nosso orçamento está a ser aprovado agora. Comecemos assim, Sra. Deputada Ângela, peço-a encarecidamente que aceite este primeiro passo e iremos evoluir.

Quando legalmente instituirmos o órgão, aí veremos como satisfazer essas necessidades.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Costa Pinheiro.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Agradeço imenso a Sra. Deputada Maria das Neves pela sua intervenção. Gostaria de dizer que é uma tristeza o Sr. Deputado Carlos Correia ter feito essa intervenção nesta Casa Parlamentar.

Diria que não se deve contentar com pouco. É por isso que este país está assim como está.

Visto também que o Sr. Deputado Levy Nazaré diz que não se deveria dar, porque é ilegal, então digo que é melhor tirar tudo, porque nós as mulheres também não devemos entrar na linha de continuar a fazer coisas ilegais.

É esta a minha palavra, é preferível retirar...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Quando se legalizar...

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Sim, quando legalizar, volta-se a pôr, porque isso não vem resolver a nossa situação. Realizamos visitas e fazemos muitas actividades não é por causa de dinheiro, mas sim porque nós também queremos o desenvolvimento sustentável deste país.

O Sr. Presidente: — Gostaria apenas de voltar a fazer um apelo. Estamos em sede própria e se um deputado se pronunciou, não devemos levar as coisas ao coração. É normal que o Sr. Presidente do Conselho de Administração emita a sua opinião. A Sra. Deputada também emitiu a sua e não devemos basear-nos em nervosismo para resolver os problemas do Estado. Vamos ter alguma contenção, calma e maturidade para as coisas avançarem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é para responder ao seu apelo. Temos que ultrapassar e penso que o Conselho de Administração terá margem suficiente, porque de facto a Rede das Mulheres é um órgão e temos que respeitar. Acho que a intervenção até nem iria na questão da igualdade de género, é um direito. Penso que se devia avançar e não discutirmos a sua manutenção ou eliminação da proposta. Acho que a Assembleia vai ultrapassar isso.

A minha vinda aqui, embora a questão esteja ultrapassada, é para um alertar. Participei na Comissão Permanente da Assembleia, dirigida pelo Sr. Presidente, e o senhor fez menção aos grupos de amizade.

Que está prevista para Abril a chegada de uma delegação de Portugal e que há necessidade de rapidamente constituirmos os grupos de amizade.

O alerta que faço, Sr. Presidente, se bem que a aprovação do artigo em relação aos quadros em anexo já passou, é porque o Conselho de Administração não alocou qualquer verba para a implementação de intercâmbio entre os grupos de amizade. Como é uma questão que o Presidente colocou na Comissão Permanente e urge o Parlamento sâo-tomense constituir os grupos de amizade, seria bom que o Conselho de Administração encontrasse forma para alocar alguma verba. Se bem que a formação é investimento, estava a comentar aqui com o Sr. Secretário-geral, na classificação orçamental, a Assembleia põe formação como despesas correntes. Há lá uma verba que possível, está lá cerca de 2,3 biliões, é possível ajustar essa verba para que, ainda para este ano, se alocar qualquer cifra para os grupos de amizade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, quero pedir também a todos os Srs. Deputados para termos algum cuidado com esses assuntos. Na minha intervenção anterior, pedi para não ferir susceptibilidades.

Já estive em vários outros encontros em que quando falamos da questão do género há sempre essas situações.

Gostaria também de pedir aos colegas Deputados, porque às vezes há intervenções que parecem ser brincadeira, quando falamos das mulheres, do género. Isso é o nosso machismo. Enquanto homens, carregamos isso connosco e quando temos reuniões de trabalho, nas nossas intervenções, brincamos quando discutimos o assunto de género. Temos que acabar com isso.

Também aproveito aqui para pedir às Sras. Deputadas e às mulheres, em geral, que a luta pela igualdade de género deve ser uma luta legal e concordo com a intervenção da Sra. Deputada Ângela Costa Pinheiro, que não é favor nenhum. A questão de género não pode ser vista como se se estivesse a fazer algum favor às mulheres. Daí que junto a minha voz à da Vice-Presidente, Sra. Deputada Maria das Neves. Se ainda não é um órgão, façamos que seja rapidamente e se corrija esse tipo de coisas, evitando desta forma todas estas situações.

Junto-me a esse apelo e peço que tenhamos muito cuidado. Sempre nas reuniões da Comissão Permanente, ainda há poucos dias, quando tivemos uma reunião da Comissão Permanente e se levantou a questão do género, parece até uma brincadeira, mas não o é. É uma coisa séria e devemos encarar isso como tal.

E as mulheres também não pensem, quer a questão das mulheres na lista de deputados, quer na sua intervenção na Administração Pública e na vida política, que é um favor.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria apenas de acrescentar que a problemática do género é uma questão muito importante. Muito recentemente, tive a oportunidade de participar numa reunião da UIP e acabei por me engajar pessoalmente em defesa das mulheres de São Tomé e Príncipe e, como comprovativo disso, convidarei depois as mulheres para verem, no IPAD que acabei por assinar, o Sr. Deputado Delfim também esteve presente, um quadro, em defesa do papel da mulher. Acho que devemos evoluir para isso, portanto, dizer que está patente na minha mente e na mente de todos os Deputados, e o Sr. Deputado Levy Nazaré fez muito bem, realmente, muitas vezes nós, os homens, temos a tendência de julgar sob um certo machismo, sobretudo naquela questão em que as mulheres não participam. Uns dizem que elas não querem, mas se nós, os homens, instigarmos as mulheres a que possam aceitar naturalmente, haveria mais participação delas no nosso Parlamento.

Vamos continuar a apreciar o nosso orçamento.

Houve uma proposta da Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro, no sentido de retirar a verba, mas em contrapartida acho que o Conselho já fez um esforço no sentido de alocar algo. Como eu dizia, acho que devíamos continuar, deixar mesmo assim e depois iríamos encontrar uma forma de, paulatinamente, resolver todos os problemas que existem na nossa Casa Parlamentar. Peço encarecidamente à Sra. Deputada para deixar que as coisas evoluam pela positiva.

Estávamos a apreciar o artigo 5.º, houve algumas emendas, houve sugestões de alguns Deputados e gostaria de saber a opinião dos senhores, no sentido de aprovarmos o artigo 5.º, com as devidas emendas.

Tem a palavra o Sr. Idalécio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, o actual ponto 2 diz o seguinte: «Por cada reunião extraordinária do Conselho de Administração, os seus membros têm direito a senhas de presença de igual valor aplicado nas Comissões Permanentes da Assembleia Nacional.» Acho que deve ser «Comissões Especializadas Permanentes», porque as Comissões Permanentes não têm senha de presença.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, trata-se de concordância verbal. Ainda no artigo 5.º ponto 4, onde diz: «Para o efeito do n.º 3, o Departamento de Apoio ao Plenário e às Comissões remete ao ...». Acho que devia ser «remetem».

O Sr. **Presidente**: — Obrigada Sr. Deputado pela participação, vamos passar à votação do artigo 5.º com as devidas emendas e correcções.

Submetido à votação, foi aprovado, com 41 votos a favor e 1 abstenção da Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro.

Vamos continuar com o artigo 6.º «Faltas».

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: O Conselho de Administração gostaria de fazer uma proposta para o artigo 6.º, porque entendemos que é injustiça penalizar os Deputados da ilha do Príncipe, e não só, quando está em causa a situação das faltas cometidas durante os trabalhos das Comissões. Daí que gostaríamos de propor, para o 2.º ponto do artigo 6.º a seguinte redacção, queria chamar atenção das colegas e dos colegas que para as Comissões, normalmente, existem deputados efectivos e suplentes. Obviamente, o Legislador já previa que quando os deputados efectivos não pudessem estar presentes, os suplentes devam substituí-los.

Posto isto, a redacção proposta para o ponto 2 seria: «Cada falta cometida pelos membros das Comissões Especializadas Permanentes, ...», aí poderíamos manter a Rede das Mulheres ou não, «...e do Conselho de Administração, considerada injustificada, é descontada na remuneração mensal, no valor correspondente à senha de presença.», já não é preciso repetir porque no primeiro ponto diz «Disposições do Regimento da Assembleia».

Repto: «Cada falta cometida pelos membros das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede das Mulheres Parlamentares e do Conselho de Administração, considerada injustificada, é descontada na remuneração mensal, no valor correspondente à senha de presença.» Digo considerada injustificada porque também o Regimento permite justificar as faltas e já vimos que um deputado, por razões óbvias de serviço, pode estar ausente em serviço da Assembleia e não deve ter falta nas Comissões, porque tem um suplente que o substitui.

O Sr. **Presidente**: — Dou de seguida a palavra ao Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Antes de mais, Sra. Deputada Maria das Neves, muito obrigado por ter levantado a questão que afecta os deputados da Região Autónoma do Príncipe.

Sr. Presidente, depois da proposta feita pelo Sr. Deputado Jorge Correia, se calhar eu já não devia intervir, porque a minha intervenção era sobre esta matéria, no entanto, ficam algumas coisas por esclarecer. Já que estamos a falar deste assunto, entendo que as reuniões das Comissões também são tão importantes quanto às plenárias, porque lá também se tomam decisões muito importantes. Recordo-me perfeitamente da legislatura passada, em que eu fazia parte da 2.ª Comissão, na altura era a Comissão Económica, que tratava, dentre outros assuntos, do Orçamento Geral do Estado, e na altura eu participei e muitas vezes com muitos benefícios a favor da Região Autónoma do Príncipe. Portanto, neste momento, o problema que se coloca é de facto a participação, por direito, dos Deputados do Príncipe. Para esta Legislatura, temos Deputados do Príncipe que estão na Comissão, que também vão tratar do orçamento.

Existem determinadas matérias que ao serem discutidas sem a presença de alguém que vive no Príncipe a decisão poderá não ser assim tão favorável à Região e neste caso coloca-se aí o problema de recurso e é aí que eu quero chamar a atenção. Entendo perfeitamente que atravessamos um contexto difícil, onde existem problemas de recursos, mas quero aqui chamar a atenção para o equilíbrio das coisas. Porquê? Porque vivemos no Príncipe, mas temos acesso, às vezes, com alguma dificuldade, porque a Televisão nem sempre chega em boas condições, às vezes nem chega, mas existem outros meios de comunicação, no entanto, assistimos e ouvimos várias deslocações ao nível da Assembleia. Então vamos fazer a comparação. Não quero dizer com isso que as delegações da Assembleia devem deixar de sair em missão, entendo que existem missões que são importantes e que de facto a Assembleia Nacional deve estar presente, mas parto do princípio que deveríamos fazer um equilíbrio, então se a delegação nacional está a sair com 10, reduz para 5 e conseguiremos recursos para fazermos também com que aos Deputados da Região Autónoma do Príncipe estejam presentes nas comissões.

É mais ou menos isso que queria aqui reivindicar, porque é uma questão que reclamamos aqui sempre e eu pessoalmente reclamo isso e a desculpa constante é a falta de recurso, mas no meio dessa falta de recurso assiste-se a outras acções que requerem recursos e de facto fica-se em dúvida se há ou não há recursos.

Sr. Presidente: — Portanto, estamos a apreciar o artigo 6.º com as emendas, há uma emenda feita pelo Deputado Jorge Correia, na qual acho pertinente porque era difícil conviver com faltas justificadas e injustificadas que eram considerados mesma coisa, quando não é na realidade, dito isto, portanto submeteria o artigo à votação, Srs. Deputados alguém tem mais alguma coisa a dizer?

Tem a palavra o Sr. Deputado Evaristo de Carvalho.

O Sr. **Evaristo Carvalho** (ADI): — Em relação à última proposta sobre o ponto 2 do artigo 6.º, em princípio posso estar satisfeito, no entanto, lendo o que consta do Estatuto dos Deputados o artigo 20º-A, sobre os efeitos das faltas aos trabalhos parlamentares o ponto 3 diz: «As faltas injustificadas, às sessões de trabalhos parlamentares implicam ainda:

- a) A perda de 1/5 de vencimento mensal, se der duas faltas;
- b) A perda de 1/3 de vencimento, se der três a cinco faltas.»

É o que está no nosso Estatuto, mas aqui no artigo 6.º fez-se entender que só é castigado na senha de presença. É essa a preocupação que eu levanto. Isso significa dizer que o Deputado com falta injustificada perde o vencimento, se forem duas faltas é 1/5, além de senha de presença. É que não me parece que isto tenha acontecido aqui na Assembleia.

Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, estamos esclarecidos? Podemos continuar? Então entremos em votação do artigo 6.º

Submetido à votação, foi aprovado, com 50 votos a favor.

Vamos passar a apreciar o artigo 7.º, execução do Orçamento da Assembleia Nacional, é feito de acordo com a Lei n.º 4/2007.

Submetido à votação, foi aprovado, com 50 votos a favor.

Vamos agora apreciar o artigo 8.º, entrada em vigor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estamos no mês de Abril e a resolução é aprovada neste período, ainda não temos o Orçamento Geral de Estado, acho que poderemos incluir aqui que a presente resolução entra imediatamente em vigor com sua devida retroactividade. Porque o orçamento prevê um aumento salarial na ordem dos 10 por cento implica dizer que a Assembleia teria que fazer um reajuste salarial desde mês de Janeiro, ou seja, produz o seu efeito a partir de 1 de Janeiro de 2015. Sim porque é isso que deve estar aqui, e tem-se que esclarecer.

Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Gostaria de tranquilizar o Sr. Deputado Vasco Guiva porque o Orçamento foi aprovado agora, mas a sua execução será feita com efeito retroactivo, daí que não há qualquer situação que possa pôr em causa, porque os aumentos aqui expressos. Está-se a falar aqui de um orçamento para um ano, ou seja, 365 dias do ano, as percentagens dos aumentos salariais, todos os processos serão executados de acordo aos valores que estão no orçamento, assim que o Orçamento Geral de Estado estiver aprovado e se houver condições monetárias os serviços farão o devido reajuste.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra Sr. Deputado Vasco Guiva (MLSTP/PSD).

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Pois claro, mas eu queria ser esclarecido, eu só quis que introduzíssemos o efeito orçamental, produz o seu efeito a partir de Janeiro, entra imediatamente em vigor, mas produz efeito a partir de Janeiro de 2015, é isso tão simplesmente.

Sr. Presidente: — A explicação de Sr. Presidente do Conselho de Administração foi claríssima, dito isto passo a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD).

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, era só para tomar em consideração que é para ver a data, porque aqui temos a Assembleia Nacional, em São Tomé, e data não tem o dia está no mês de Março, estamos em Abril.

O Sr. Presidente: — Dito isto, podemos passar rapidamente à votação deste artigo com a devida emenda para Abril de 2015.

Submetido à votação, foi aprovado, com 50 votos a favor.

Sras. e Srs. Deputados, passamos à votação final global do projecto de resolução sobre o orçamento da Assembleia Nacional.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Antes de terminar, gostaria de comunicar, a pedido da Presidente da Rede das Mulheres Parlamentares, que solicita uma reunião no final desta sessão com as mulheres, no sentido de se fazer algum acerto nas actividades que têm em diante.

Sras. e Srs. Deputados, gostaria de agradecer a vossa presença nesta sessão. Acho que a mesma foi boa, os Srs. Deputados interviewaram na medida de possível e espero que continuemos assim nesta senda, para melhorarmos a nossa projecção para o futuro.

Declaro encerrada a sessão de hoje.

Eram 14 horas.